

Inspired by water..

OLI



Relatório e Contas

2018

Índice

I. Relatório de Gestão.....	3
II. Relatório do Conselho de Administração - Contas individuais.....	4
Nota do Presidente	4
1. Principais indicadores.....	6
2. Envolvente económica e desempenho.....	7
3. Evolução da atividade ao longo do exercício de 2018	8
4. Análise económica e financeira 2018.....	11
5. Perspetivas para o exercício de 2019	16
6. Investigação, Desenvolvimento e Inovação	18
7. Marketing	20
8. Capital humano.....	21
9. Política de Dividendos	23
10. Proposta de aplicação de resultados	24
11. Proposta de comparticipação nos Lucros ao Conselho de Administração	24
12. Sector Público Estatal.....	24
13. Agradecimentos.....	25
Anexo ao Relatório do Conselho de Administração	26
III. Demonstrações financeiras – Contas Individuais.....	27
IV. Anexo às Demonstrações Financeiras – Contas individuais	31
V. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Individuais	66
VI. Certificação Legal de Contas – Contas Individuais	68
VII. Relatório do Conselho de Administração – Contas Consolidadas.....	71
VIII. Demonstrações financeiras consolidadas.....	78
IX. Anexo às Demonstrações financeiras consolidadas	82
X. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Consolidadas	113
XI. Certificação Legal de Contas – Contas Consolidadas	115

I. Relatório de Gestão

Nos termos do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais apresentamos, com referência ao exercício económico de 2018, o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da sociedade OLI - Sistemas Sanitários, SA, com sede na Travessa do Milão, Freguesia de Esgueira, Concelho de Aveiro, pessoa coletiva n.º 500 578 737, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Aveiro sob o mesmo número, com o capital social integralmente realizado no valor de 10 000 000 euros, a que correspondem 2 000 000 ações, no valor nominal de 5 euros cada.



www.oli-world.com

II. Relatório do Conselho de Administração - Contas individuais

Nota do Presidente



Com o exercício de 2018 encerrámos um ciclo e iniciámos outro. Recentemente, no dia 1 de março, celebrámos o 65º aniversário da OLI, com a publicação do livro “A nossa história”, que relata os principais momentos da empresa, e com uma festa para todos os trabalhadores.

Esta data é um marco e mais uma mudança, para nos mantermos jovens, dinâmicos, competitivos e atuais.

Esta efeméride coincide com o fim do atual mandato dos Órgãos Sociais. Este ano o meu irmão, Rui Oliveira, companheiro de sempre nesta aventura, completa 70 anos.

1. Principais indicadores

EUR

Rubrica	2018	2017	Var. 2018/2017	
			Valor	%
Vendas	56 295 861	54 097 101	2 198 761	4.1%
Produção	57 141 329	54 701 788	2 439 541	4.5%
Margem Bruta	32 027 819	30 632 985	1 394 834	4.6%
% da Produção	56.1%	56.0%	0.1pp	
% Vendas	56.9%	56.6%	0.3pp	
Ebitda	9 079 816	8 171 641	908 175	11.1%
% Vendas	16.1%	15.1%	1.0pp	
Ebit	4 804 747	4 367 717	437 030	10.0%
% Vendas	8.5%	8.1%	0.5pp	
Resultado líquido	4 308 599	3 693 947	614 652	16.6%
% Vendas	7.7%	6.8%	0.8pp	
Resultado líquido por ação	2.15	1.85	0.31	16.6%
Cash-Flow	8 660 847	7 920 161	740 686	9.4%
% Vendas	15.4%	14.6%	0.7pp	
Capital próprio	37 745 290	34 497 080	3 248 210	9.4%
Autonomia financeira	56.2%	54.3%	1.9pp	
Passivo	29 437 765	29 068 509	369 257	1.3%
Solvabilidade	1.28	1.19	0.10	8.0%
Endividamento líquido	14 500 126	13 903 661	596 465	4.3%
Endividamento líquido / Ebitda	1.6	1.7	-0.1	-6.1%
Número médio empregados	395	387	8	2.1%

2. Envolvente económica e desempenho

Enquadramento macroeconómico

Europa

As economias dos países europeus, onde colocamos 86% das nossas vendas (incluindo Portugal), tiveram um desempenho misto (fortemente positivo nos primeiros 5 meses do ano e de ligeiro abrandamento na segunda metade do ano) quando comparado com o ano de 2017. Este abrandamento não se notou, nem em Espanha, nem em Portugal, que mantiveram a dinâmica de crescimento ao longo de todo o ano.

As Europa Central e do Norte apresentaram um bom desempenho e, nesses países, as nossas vendas cresceram de modo significativo, com a consolidação de alguns novos e importantes clientes.

Portugal consolidou a tendência do exercício de 2017, com uma interessante dinâmica económica, com a construção (e o imobiliário) com uma forte dinâmica positiva e os indicadores macroeconómicos a indiciarem uma consolidação da boa imagem externa da nossa economia. Estamos convictos que esta tendência de crescimento da economia, sobretudo, na construção, se deve manter em 2019 e mesmo para além de 2019.

Fora da Europa

A África apresentou um desempenho interessante, a refletir a melhoria generalizada das economias neste continente.

O continente americano, com comportamentos diferentes segundo os países e regiões, apresentou um saldo positivo, quer em termos de crescimento das nossas vendas, quer em termos de quota de mercado e notoriedade da nossa marca.

O Médio Oriente experimentou um ligeiro abrandamento, com as economias locais a sofrerem por via das tensões socioeconómicas.

Na Ásia, onde as nossas vendas têm pouca expressão, continuamos a ter dificuldades de afirmação, embora se comecem a apresentar algumas perspetivas de abertura de mercados.

O bom desempenho das nossas vendas tem como origem, por um lado a aumento de quota de mercado (nalguns países) e, por outro lado o reflexo do bom andamento da economia de um modo geral.

3. Evolução da atividade ao longo do exercício de 2018

Distribuição nacional e PALOP's

As vendas deste processo (que incluem as vendas em Portugal e PALOP's das mercadorias que compramos e produtos que fabricamos) representaram 21% das vendas totais da empresa e cresceram cerca de 14% (com um aumento em valor de € 1 592 448) fruto, como referido, da melhoria da economia nacional.

Desagregando por grandes famílias, os produtos fabricados apresentaram um crescimento de cerca de 19% (com maior relevância para os autoclismos interiores e exteriores) e as mercadorias apresentaram um crescimento na ordem dos 6% (com destaque para as áreas de mobiliário de casa de banho, aquecimento e tubagem).

Exportação e vendas a cerâmicas nacionais

As vendas deste processo tiveram um bom desempenho, com um crescimento na ordem dos 2%. As vendas às cerâmicas nacionais tiveram uma quebra por razões conjunturais dos clientes. A exportação dos produtos fabricados apresentou um bom desempenho, mais ou menos transversal a todas as geografias, excetuando o Norte de África e o Médio Oriente

Em termos regionais a Europa Central apresenta-se como o principal destino das nossas vendas (36% do volume de vendas).

A Europa Ocidental aumentou ligeiramente o seu peso nas nossas vendas, fruto do bom desempenho das vendas nos mercados germânicos e escandinavos.

No continente africano a evolução foi positiva, com especial destaque para o mercado sul africano, sendo que ao nível dos países do Magreb observou-se uma ligeira quebra no desempenho. No médio oriente a evolução das vendas foi negativa motivada pela fraca conjuntura económica vivida pelos principais países da região.

A aposta no continente americano continua a dar os seus frutos e a consolidação das vendas ao nível dos países norte americanos é já uma realidade, ao passo que na américa latina a realidade é mais diversificada havendo já uma presença consolidada em alguns países e com boas perspetivas de futuro.



Conclusão e resumo dos principais indicadores económicos do exercício

As vendas globais atingiram o valor de € 56 295 861 o que representa um crescimento de 4.1% face ao ano anterior. Analisando a divisão entre mercado interno e mercado externo, temos:

- Mercado interno € 12 916 527 (22.9% do total das vendas) com um crescimento de 6.6%
- Mercado externo € 43 379 335 (77.1% do total das vendas) com um crescimento de 3.3%



Por atividades a desagregação das vendas é

- Produtos manufaturados € 51 259 981 (91.1% do total das vendas) com um crescimento de 5.1%
- Produtos comercializados € 5 035 880 (8.9% do total das vendas) com um crescimento de 4.8%

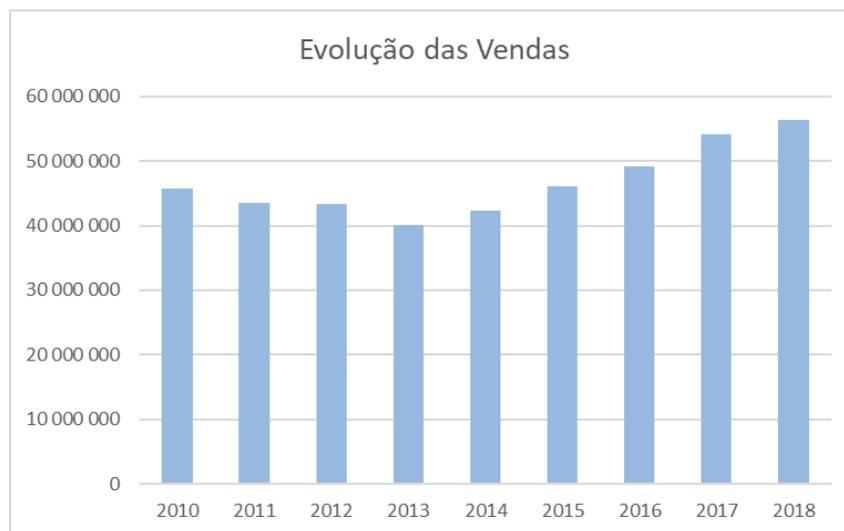
Desagregando a informação por unidade de negócio:

- Distribuição (Portugal e PALOP's) € 12 641 764 (22,5% do total das vendas) com um crescimento de 13,5%
- Vendas industriais (Portugal e Exportação) € 43 654 097 (77,5% das vendas) com um crescimento de 2,9%
- Imobiliária não teve atividade relacionada com vendas. Todavia, ao nível de rendimentos suplementares esta atividade gerou € 85 850 em rendas, nos imóveis que estão afetos a esta atividade.

4. Análise económica e financeira 2018

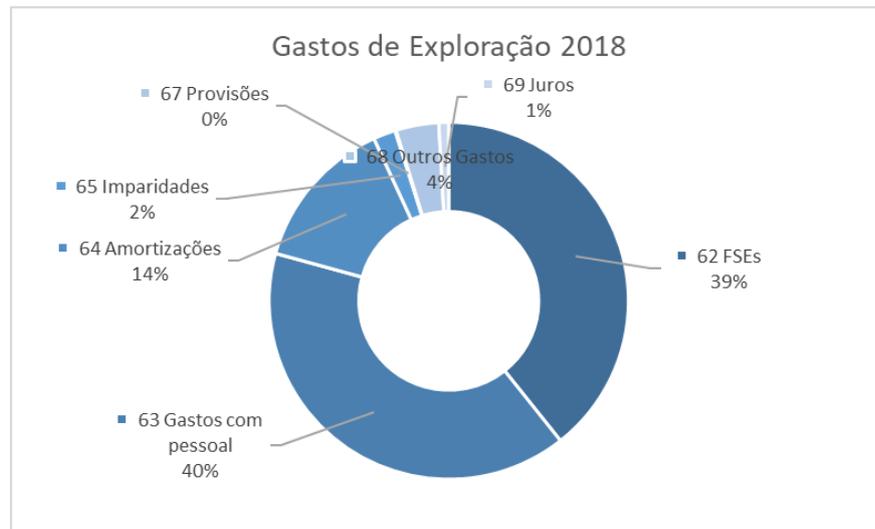
Análise económica

Em 2018 a OLI atingiu um volume de negócios de € 56 307 384, o que representa um aumento de € 2 202 683, ou seja, de 4.1% face a 2017. O contributo para esta evolução positiva adveio das vendas para o mercado interno com crescimento de 6.6% e das vendas para o mercado externo com crescimento de 3.3%.



Ao nível da margem bruta contabilística registou-se um aumento que teve origem numa conjuntura de descida do custo médio das principais matérias-primas nos mercados internacionais, que conjugada com uma melhoria no maior valor acrescentado libertado pelo mix de produtos vendidos originou uma subida da margem bruta face à produção em 0.1pp tendo atingido 56.1%.

Ao nível dos gastos de exploração (excluindo a rubrica de perdas com empresas participadas) estes acompanharam o aumento da atividade operacional da empresa, tendo registado um aumento de € 1 786 575, correspondentes a 6.2% do total dos gastos, sendo os maiores contribuintes para este aumento os FSE's, os Gastos com pessoal e as amortizações, com aumentos de 8.2%, 4.2% e 12.8% respetivamente.



Ao nível das imparidades e considerando reforços e reversões houve um ligeiro ganho de € 69 651 resultante essencialmente da rubrica de dívidas a receber.

Nos outros gastos, sem considerar a rubrica de perdas com empresas participadas, registamos um aumento de € 121 143 de 2018 face a 2017, correspondente a 11.4%.

Tal como no ano anterior, a rúbrica de juros e gastos similares teve uma diminuição, neste ano de € - 35 004, correspondentes a -11.3%, consequência de alguma descida das condições de financiamento e apesar do ligeiro aumento do endividamento líquido registada no ano.

O *EBITDA* atingiu os € 9 079 816, registando um aumento de € 908 175, ou seja, de 11.1% face ao ano anterior. Em termos relativos e comparando com as vendas, o rácio situou-se nos 16.1%, mais um ponto percentual que no ano anterior. O *cash-flow* foi de € 8 660 847, registando um aumento de 9.4%.

O impacto das participadas, pela via do método da equivalência patrimonial e de outras rubricas específicas das participadas, foi positivo em € 634 261.

O resultado líquido cifrou-se nos € 4 308 599, mais € 614 652 que em 2017. Expurgando o impacto das participadas, o resultado líquido aumentou € 275 006 atingindo os € 3 674 338.



Capital Investido

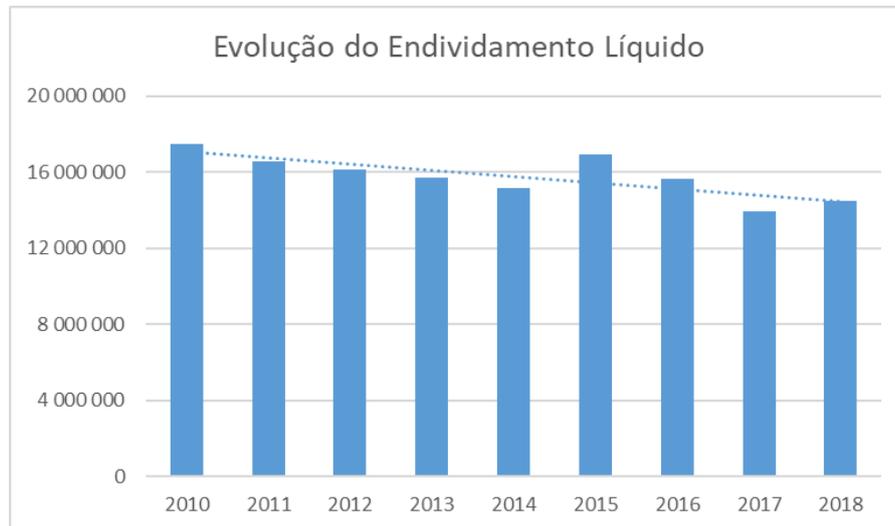
O fundo de maneo em 2018 aumentou € 1 266 523 face ao ano anterior, registando o valor de € 9 128 920.

No que diz respeito ao investimento em ativo fixo este cifrou-se em 2018 em € 6 363 661, o que representa um aumento de 35.6% face a 2017. Os investimentos concentraram-se em 4 áreas:

- Terrenos e Edifícios – 30%
- Moldes – 23%
- Equipamento produtivo – 40%
- Os restantes 7% dividiram-se pela aquisição de equipamento administrativo, de transporte e de outros ativos tangíveis e intangíveis.

Análise financeira

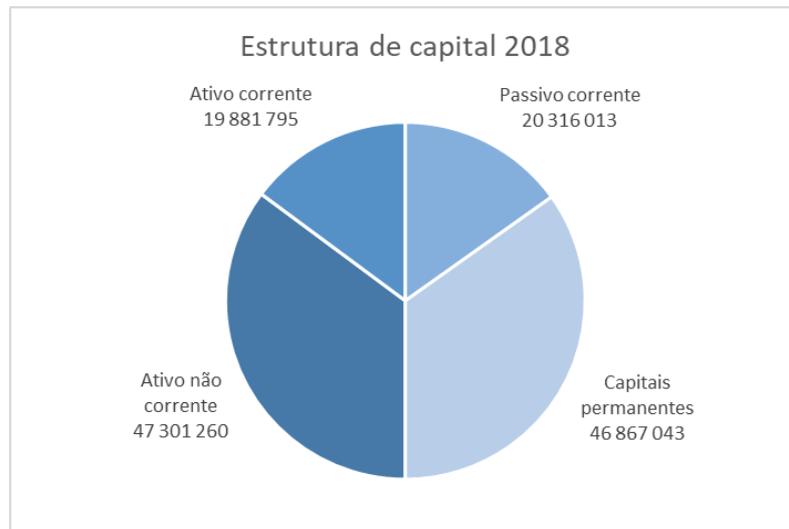
O *cash-flow* registado permitiu fazer face à quase totalidade do capital investido em ativo fixo, fundo de maneo e participadas, pelo que o endividamento aumentou ligeiramente, tendo encerrado 2018 com um endividamento líquido de € 14 487 464 (mais € 567 211 face a 2017).



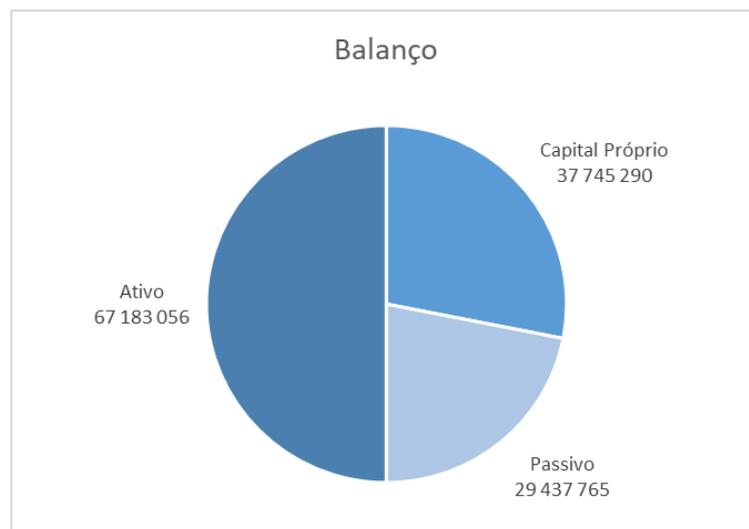
Todavia a melhoria do EBITDA, conjugada com o ligeiro aumento do endividamento líquido permitiu melhorar o rácio do endividamento sobre o *EBITDA*:

Rubrica	2018	2017
Net debt	14 487 464	13 920 253
Net debt / EBITDA	1.60	1.70

Em termos de estrutura de capitais, a empresa manteve a sua política de otimização procurando financiar o investimento em ativo fixo e as necessidades permanentes do fundo de maneo com recurso a financiamento de médio e longo prazo e financiar o ciclo de tesouraria com recurso a instrumentos de financiamento de curto prazo. Neste sentido, em finais de 2018, os capitais permanentes representavam 99% do ativo não corrente, ao passo que o passivo corrente representava 102% do ativo corrente, mantendo-se estes valores estáveis, face ao ano anterior.



A autonomia financeira aumentou para 56.2%.



5. Perspetivas para o exercício de 2019

Atividade Comercial (Mercado Nacional e PALOP's)

Mercado Interno

Como referido acima, contamos que se mantenha a dinâmica positiva da economia portuguesa e, também por isso, contamos com um razoável (dois dígitos) crescimento das nossas vendas nacionais com uma ligeira melhoria da rentabilidade. Este crescimento deverá advir não só do crescimento da economia nacional, mas também de uma dinâmica de afirmação da OLI no mercado, com aumento de quota de mercado nas principais famílias com que trabalhamos neste mercado, seja em termos de produtos, seja em termos de mercadorias

Mercado externo

A evolução das vendas para os PALOP's é difícil de prever, mas como estas vendas vêm perdendo peso no total da empresa, não alterarão a tendência geral.

Atividade Industrial

Mercado interno

As vendas às cerâmicas nacionais deverão manter um nível de atividade semelhante à do último exercício.

Mercado externo

Dada a evolução menos favorável do final do exercício precedente, cremos que o arranque do exercício de 2019 não será muito forte, não obstante a nossa convicção que as nossas filiais apresentem, desde o início do ano, e na sequência do trabalho que tem vindo a ser realizado, um interessante aumento de atividade.

Cremos que a segunda metade do ano será de crescimento mais consistente, seja nas filiais, seja nos clientes de distribuição, seja nos OEM (cujo peso na nossa atividade industrial continua importante e estável)

Admitimos que o aumento de atividade fique aquém dos 10%, mas contamos manter o nível de rentabilidade de 2019.

As filiais serão, cremos, um importante fator de crescimento e melhoria da atividade.

Pre vemos uma evolução positiva (crescimento na ordem dos 10%) no mercado externo, continuando a evolução do exercício anterior e recolhendo os frutos dos investimentos feitos, quer em termos de produto, quer em termos de parcerias com novos e importantes clientes OEM, seja ainda recolhendo o fruto da

crecente implementação na Alemanha e na Rússia onde temos as nossas filiais mais recentes em afirmação e onde contamos crescer em produtos com a marca OLI.

Em termos geográficos

Em termos geográficos este crescimento será mais ou menos homogéneo, podendo a exceção vir do Médio Oriente (por razões locais).

Em termos estratégicos e como antes, procuraremos potenciar as vendas com a marca OLI; sobretudo através das nossas filiais (contamos com um forte crescimento na Espanha (onde a filial ainda não existe de uma forma jurídico-formal), na Alemanha e na Rússia (a atividade em Itália está estabilizada há anos (mantendo um ligeiro crescimento todos os anos e níveis interessantes de rentabilidade).

Manteremos uma orientação no negócio segmentada e diferenciada, na continuação do trabalho dos últimos anos:

- Clientes OEM – Mantemos a nossa apetência e vocação para trabalhar com clientes OEM, potenciando as parcerias com os atuais clientes e procurando mesmo novos clientes. A importância dos clientes OEM no nosso negócio, em termos de valor de vendas deve manter-se estável
- Catálogo OLI – Manteremos o nosso trabalho de melhorar o posicionamento dos produtos com marca OLI, procurando que ganhem quota de mercado e peso na nossa estruturas de vendas
- Filiais – As filiais (Alemanha, Itália, Espanha e Rússia) deverão continuar a ganhar importância e peso, seja no volume de vendas, seja na interação com os clientes dessas regiões, procurando uma maior articulação entre todos estes vetores de negócio
- Distribuição moderna – Procuraremos melhorar a nossa capacidade para trabalhar este importante sector, seja diretamente, seja através dos nossos parceiros e filiais.

6. Investigação, Desenvolvimento e Inovação

Um dos principais pilares estratégicos da OLI é a Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI). Com uma unidade própria de IDI, a OLI desenvolve os produtos que produz e comercializa reforçando continuamente competitividade no mercado nacional e internacional. Nos últimos cinco anos foram gastos 12,5 milhões de euros da área de IDI, dos quais 2,8 milhões de euros só em 2018.

Os produtos OLI são desenvolvidos internamente tendo como base um processo de IDI estruturado e robusto com o objetivo de desenvolver produtos que visam responder e antecipar as necessidades do mercado. Para responder aos desafios diários, a equipa de IDI da OLI é composta por quadros altamente qualificados que dispõe de recursos tecnologicamente avançados.

Sempre que no desenvolvimento seja identificada a necessidade de aplicação de novas áreas de conhecimento que a OLI não domina, são estabelecidas parcerias com entidades do Sistema Científico e Tecnológico, tendo como objetivo desenvolver soluções inovadoras que podem ser aplicadas no processo ou produto aumentando as competências internas.

No decorrer de 2018 a OLI desenvolveu uma série de projetos com características diferenciadoras em áreas tão diversas como: aplicação de eletrónica em produtos sanitários, produtos com atributos específicos de proteção contra incêndios, aplicação de novos materiais mais “amigos” do ambiente, novas soluções para poupança de água e ainda, no mercado de reabilitação de edifícios, com o projeto MoBaK – Modular Bathroom Kit, um WC integrado e modular, facilmente montável e desmontável em qualquer espaço, que dispensa a realização de obras e que reúne as três áreas do WC: lavatório, sanitário e base de duche. Este último projeto venceu o premio de inovação na construção 2018 da revista Construir na categoria Casas de Banho, Acessórios e Equipamentos.

Em 2018 foram estabelecidas duas novas parcerias no âmbito dos projetos do Compete 2020, inserido no Portugal 2020, mais concretamente em Programas I&DT – Projetos em Copromoção.

Como resultado desses projetos, foram submetidas 4 novas patentes em 2018, alcançando um valor de 24 patentes Europeias registadas nos últimos 5 anos.

Em 2019 a OLI pretende solidificar o processo de desenvolvimento, fortalecer o conhecimento em ferramentas de simulação, continuar o desenvolvimento dos projetos de inovação já iniciados, e ainda reforçar o conhecimento interno em áreas como aplicação de eletrónica em sistemas sanitários e a utilização de novos materiais.



7. Marketing

Com uma estratégia de comunicação cada vez mais sustentada a OLI continua a reforçar a sua reputação institucional e mediatização da imagem de marca.

Para tal têm contribuído as mais variadas ações de promoção e divulgação, desenvolvidas no decorrer de 2018, das quais se destacam as seguintes:

1. Atualização permanente dos conteúdos do website www.oli-world.com, uma ferramenta de comunicação global da marca, disponível em seis idiomas;
2. Comunicação da marca nas Redes Sociais, nomeadamente no Facebook e Instagram, que resultou na produção de conteúdos editoriais e de multimédia exclusivos;



3. Organização e promoção de eventos institucionais abertos à comunidade - “Concerto do Dia da Cidade” com Carminho (11 de maio), 3ª edição da Regata OLI (12 maio), Maratona OLI São Silvestre” (1 de dezembro);
4. Criação de catálogos, brochuras, expositores e materiais diversos para a participação em feiras nacionais e internacionais do setor, com principal destaque para a Mosbuild na Rússia, uma das feiras mais importante do setor, onde foram apresentadas as últimas soluções;

-
5. Edição do Relatório de Sustentabilidade 2017;
 6. Edição mensal de vários suportes de comunicação institucionais - jornal interno (impresso) e 'newsletters' (digital), dirigidos a diferentes públicos (colaboradores, clientes, arquitetos, projetistas e instaladores);
 7. Coordenação das ações de Assessoria de Imprensa, isto é, a comunicação da OLI junto dos meios de comunicação social, em Portugal. Em 2018, foram publicadas 394 notícias (comunicação gratuita, oficialmente monitorizada).
 8. Implementação do regime geral de proteção de dados procurando implementar medidas que visam a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais e sensíveis. Para tal foram postos em funcionamento procedimentos que visam:
 - i. informar aos titulares dos dados a justificação para o seu tratamento, armazenamento e transmissão
 - ii. Garantir o exercício dos direitos dos titulares dos dados, facultando-lhes os meios para que o façam
 - iii. Manter um registo do tratamento dos dados pessoais e garantindo a sua proteção
 - iv. Assegurar a preservação, integridade e fiabilidade dos dados

8. Capital humano

No final de 2018 o número de colaboradores era 401, tendo-se verificado um aumento de 3% relativamente à mesma data do ano anterior. O número de colaboradores variou ao longo do ano, dada a necessidade de nos ajustarmos à evolução da procura e sazonalidade de alguns mercados, bem como a um aumento de competências técnicas.

Durante o exercício de 2018 o número médio de colaboradores foi de 395 (tendo-se verificado um aumento de 6% em relação ao exercício de 2017).

O quadro que é apresentado em baixo mostra dados comparativos dos anos de 2016 a 2018.

Recursos Humanos	2018	2017	2016
Número de trabalhadores no final do período	401	389	379
• sexo masculino	189	193	186
• sexo feminino	212	196	193
Número médio de trabalhadores ao longo do período	395	387	373
Idade média dos trabalhadores	39.4	39.3	39.3
Antiguidade média dos trabalhadores	12	11	12
Horas de formação totais	14 866	16 287	13 875
Média de horas de formação por trabalhador	37	42	37
Gastos com o pessoal	12 309 015	11 810 450	10 369 672
Gastos médios por trabalhador	31 162	30 518	27 801
VAB por trabalhador	53 508	52 639	50 599
Taxa geral de absentismo	4.0	3.3	3.6
Índice de frequência dos acidentes de trabalho	Bom	Bom	Bom
Índice de gravidade dos acidentes de trabalho	Bom	Bom	Bom

No final de 2017 efetuámos a avaliação dos riscos psicossociais da área fabril, tendo recebido o relatório durante o 1º semestre de 2018. Os resultados finais mostraram que não existem riscos psicossociais associados a esta área.

Durante o ano de 2018 efetuámos a transição das normas ISO 9001 e ISO 14001 para a versão de 2015.

Em 2019 prevemos efetuar a mudança das normas OSHAS 18001 para a nova norma ISO 45001.

Em 2018 continuamos com o projeto de comportamentos seguros. Proporcionámos formação, gravámos um vídeo com os filhos dos colaboradores sobre as nossas regras de segurança, melhorámos a sinalética utilizada e começámos a realizar caminhadas de segurança.

Em 2019 vamos consolidar as caminhadas de segurança e começar com os diálogos de segurança.

Ao longo do ano de 2018 demos seguimento ao previsto nas atividades lúdicas com os nossos colaboradores, como a comemoração do dia do riso (março), o almoço de aniversário da empresa (março); o dia de convívio e abertura das portas aos familiares e amigos dos nossos colaboradores (julho);

a 5ª edição do campeonato de vela (entre maio e julho), a realização de um concurso de culinária utilizando a castanha como ingrediente obrigatório (novembro); a construção da Árvore de Natal, no exterior da empresa, com distribuição de chocolate quente (dezembro); a festa de Natal com os filhos dos nossos colaboradores (dezembro), bem como a distribuição do cabaz de Natal (dezembro).

Em 2019 vamos manter a generalidade destas atividades com os nossos colaboradores dentro do nosso plano de atividades, tentando melhorar a atratividade das mesmas, de forma a um maior envolvimento de todos, contribuindo, esperamos, para a melhoria da identificação de colaboradores com a empresa e um melhor relacionamento entre todas as pessoas.



9. Política de Dividendos

Face aos resultados apresentados e às perspetivas futuras de desenvolvimento da atividade a OLI - Sistemas Sanitários decidiu fazer distribuição de dividendos. O Conselho de Administração da OLI - Sistemas Sanitários decidiu propor em 2018 a distribuição de um dividendo de € 0,425 por ação, o que resulta num montante global de € 850 000.

10. Proposta de aplicação de resultados

Em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais, designadamente o Artigo 66º, alínea f) e tendo em conta os demais preceitos legais, bem como o propósito de consolidar cada vez mais a sua estrutura de capitais próprios, propomos que o resultado líquido no valor de € 4 308 598.74 tenha a seguinte distribuição:

• Para Outras reservas	€ 2 390 237.11
• Para Cobertura de resultados transitados	€ 3 574.01
• Para Lucros não atribuídos	€ 1 064 787.62
• Para Dividendos	€ 850 000.00

11. Proposta de participação nos Lucros ao Conselho de Administração

Dado o bom desempenho obtido em 2018 vimos por este meio propor que seja distribuído, a título de participação nos lucros, aos dois Administradores Executivos do Conselho de Administração, o montante de € 257 203.64. Dadas as regras contabilísticas em vigor este valor já se encontra registado nos gastos com pessoal pelo que o Resultado Líquido já reflete esta proposta.

12. Sector Público Estatal

De acordo com o artigo 210º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de Novembro, cumpre referir que não há situações de mora relativamente a entidades do sector público estatal e não se verificam outras situações que impliquem referência obrigatória neste relatório.

Foram emitidas certidões comprovativas da situação regularizada, válidas à data de encerramento do Balanço, em 31 de Dezembro de 2018, junto da Administração Fiscal e da Segurança Social.

13. Agradecimentos

A todos os clientes, colaboradores e fornecedores, que ao longo do exercício findo connosco colaboraram e interagiram queremos reconhecer a maneira dedicada e diligente como, na generalidade, o fizeram. Às instituições financeiras queremos reconhecer o apoio dispensado e a confiança que em nós continuam a depositar.

Aos Órgãos Sociais, bem como aos auditores e consultores queremos reconhecer o permanente apoio e disponibilidade que sempre nos dispensaram, sendo importante a sua contribuição, não só para a obtenção dos resultados, como para a perspetivação das mudanças e melhorias em curso.

Aveiro, 15 de Março de 2019

O Conselho de Administração,

António Manuel Moura de Oliveira

Rui Alberto Moura de Oliveira

Graça Maria Moura de Oliveira

PierAndreino Niboli

Federica Niboli

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Declaramos os acionistas titulares de mais de um terço do Capital Social:

Acionistas	31/12/2018	31/12/2017
Oliveira & Irmão SGPS, Lda.	50%	50%
Valsir, Spa.	50%	50%

Os membros dos órgãos sociais não detêm, de forma direta, quaisquer ações da OLI – Sistemas Sanitários, SA.

Indiretamente, através daquelas sociedades acionistas, detêm o número e ações conforme quadro seguinte:

Nome		N ^a ações	Forma de detenção
António Manuel Moura de Oliveira	Administrador	8.000	Indireta
Rui Alberto Moura de Oliveira	Administrador	8.000	Indireta
Graça Maria Moura de Oliveira	Administradora	0	
Pier Andreino Niboli	Administrador	180.000	Indireta
Frederica Niboli	Administradora	125.000	Indireta

Durante o exercício os acionistas não ocorreram quaisquer transações de ações da OLI.

Os membros do órgão de fiscalização não têm quaisquer ações.

III. Demonstrações financeiras – Contas Individuais

Balanco individual em 31.12.2018 e 31.12.2017

EUR

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2018	31/12/2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7;9;11;30	29 506 818	27 691 722
Propriedades de investimento	12;30	5 085 302	5 354 958
Ativos intangíveis	6	214 542	331 908
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	3;5;13	11 671 395	10 970 427
Outros investimentos financeiros	3;13	612 835	608 072
Ativos por impostos diferidos	20	210 368	229 793
		47 301 260	45 186 879
Ativo corrente			
Inventários	3;14;22	6 623 453	6 456 655
Clientes	22	9 493 714	9 912 134
Estado e outros entes públicos	22	835 209	850 504
Outros créditos a receber	22	667 186	301 282
Diferimentos	22	302 176	231 616
Ativos não correntes detidos para venda	3;8	555 779	24 309
Caixa e depósitos bancários	4;22	1 404 277	602 210
		19 881 795	18 378 710
Total do Ativo		67 183 056	63 565 589
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital subscrito	22	10 000 000	10 000 000
Reservas legais	22	2 000 000	2 000 000
Outras reservas	21;22	6 351 379	5 144 782
Resultados transitados	22	-3 574	-563 555
Excedentes de revalorização	7;22	7 618 370	7 614 657
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	22	7 470 517	6 607 249
Resultado líquido do período	20;22	4 308 599	3 693 947
Total do Capital Próprio		37 745 290	34 497 080
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	16	29 535	35 878
Financiamentos obtidos	9;10;22	7 661 788	8 398 861
Passivos por impostos diferidos	20	1 430 430	1 605 741
Outras dívidas a pagar	5		300 000
		9 121 753	10 340 480
Passivo corrente			
Fornecedores	22	7 135 703	8 374 411
Adiantamentos de clientes	22	37 862	145 590
Estado e outros entes públicos	22	325 254	323 871
Financiamentos obtidos	9;10;22	8 242 615	6 107 010
Outras dívidas a pagar	22	4 423 228	3 600 217
Diferimentos	22	151 350	176 929
		20 316 013	18 728 029
Total do Passivo		29 437 765	29 068 509
Total do Capital Próprio e do Passivo		67 183 056	63 565 589

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2018 e 31.12.2017

EUR

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	15;30	56 307 384	54 104 701
Subsídios à exploração	17	131 836	123 760
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3;13	1 169 912	294 615
Variação nos inventários da produção	14;30	845 468	604 688
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14;30	-25 113 510	-24 068 803
Fornecimentos e serviços externos	23;30	-12 115 926	-11 198 446
Gastos com pessoal	3;5;24;30	-12 309 015	-11 810 450
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	14;22	-4 715	-269 053
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	22	58 647	-78 053
Provisões (aumentos/reduções)	16	-12 316	-30 683
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	13	-1 500	-44 500
Outros rendimentos	15;18;25;30	1 845 914	1 609 370
Outros gastos	18;26	-1 722 363	-1 065 505
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9 079 816	8 171 641
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7;12;28	-4 275 069	-3 790 881
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	12		-13 044
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 804 747	4 367 717
Juros e gastos similares suportados	27	-274 004	-309 008
Resultado antes de impostos		4 530 743	4 058 709
Imposto sobre rendimento do período	20	-222 145	-364 762
Resultado líquido do período		4 308 599	3 693 947

Contabilista Certificado

Conselho Administração

EUR

Rubricas	Períodos	
	2018	2017
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo</u>		
Recebimentos de clientes	56 799 321	54 726 375
Pagamentos a fornecedores	-38 457 455	-34 776 115
Pagamentos ao pessoal	-12 200 851	-11 656 920
Caixa gerada pelas operações	6 141 015	8 293 340
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-89 507	-276 120
Outros recebimentos/pagamentos	132 121	-46 528
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	6 183 629	7 970 692
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-5 099 170	-4 373 893
Ativos intangíveis	-118 300	-71 076
Investimentos financeiros	-763 500	-2 111 459
Outros ativos	-432 746	-13 013
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	138 035	37 197
Investimentos financeiros	478 615	1 123 904
Dividendos	205 920	222 750
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-5 591 145	-5 185 590
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	4 431 031	1 812 520
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-3 169 941	-3 159 057
Juros e gastos similares	-271 508	-313 590
Dividendos	-780 000	-750 000
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	209 583	-2 410 127
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	802 067	374 975
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	602 210	227 235
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 404 277	602 210

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Demonstração individual das alterações no Capital Próprio no período 2018

EUR

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período 2018	6	10 000 000	2 000 000	5 144 782	-563 555	7 614 657	6 607 249	3 693 947	34 497 080	34 497 080
Alterações no período										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização										
Excedentes de revalorização							-175 173		-175 173	-175 173
Ajustamentos por impostos diferidos							175 311	1 736	177 048	177 048
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				1 206 597	1 339 981	3 574	861 531	-3 693 947	-282 264	-282 264
	7			1 206 597	1 339 981	3 574	861 531	-3 693 947	-280 389	-280 389
Resultado líquido do período	8							4 308 599	4 308 599	4 308 599
Resultado integral	9=7+8							614 652	4 028 210	4 028 210
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital										
Realizações de prémios de emissão										
Distribuições										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
	10									
Posição no fim do período 2018	11=6+7+8+10	10 000 000	2 000 000	6 351 379	-3 574	7 618 370	7 470 517	4 308 599	37 745 290	37 745 290

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Demonstração individual das alterações no Capital Próprio no período 2017

EUR

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período 2017	6	10 000 000	2 000 000	3 138 457	-650 265	6 587 092	5 484 879	4 543 859	31 104 022	31 104 022
Alterações no período										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização										
Excedentes de revalorização							1 336 552		1 336 552	1 336 552
Ajustamentos por impostos diferidos							-81 134	2 113	-79 021	-79 021
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				2 006 324	836 709	-227 852	1 120 258	-4 543 859	-808 419	-808 419
	7			2 006 324	836 709	-227 852	1 120 258	-4 543 859	449 111	449 111
Resultado líquido do período	8							3 693 947	3 693 947	3 693 947
Resultado integral	9=7+8							-849 911	4 143 058	4 143 058
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital										
Realizações de prémios de emissão										
Distribuições										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
	10									
Posição no fim do período 2017	11=6+7+8+10	10 000 000	2 000 000	5 144 782	-563 555	7 614 657	6 607 249	3 693 947	34 497 080	34 497 080

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

IV. Anexo às Demonstrações Financeiras – Contas individuais

1. Informações

1.1. Identificação da entidade

Designação:	OLI - Sistemas Sanitários, SA
Sede:	Travessa do Milão, Esgueira, Aveiro, Portugal
Contribuinte:	500 578 737
Atividade:	CAE da atividade principal 22230 - Fabricação de artigos de Plástico para a Construção

A atividade principal desta empresa é a fabricação de artigos em plástico para a construção e a atividade secundária é a comercialização por grosso de artigos sanitários, ferragens, tubagem para canalizações, moto bombas e eletrobombas, torneiras, eletrodomésticos e material de aquecimento. Tem ainda como atividade secundária a promoção imobiliária visando a conceção, construção, titularidade, comercialização, exploração comercial e gestão de patrimónios imobiliários diversos.

1.2. Identificação da empresa-mãe final

A OLI - Sistemas Sanitários, SA é detida em:

- 50% pela empresa Oliveira & Irmão, SGPS, Lda, com sede na Travessa do Milão, Esgueira, Aveiro, e
- 50% pela empresa Valsir, SPA, com sede na Localita Merlaro 2, Vestone, Itália.

1.3. Identificação da empresa-mãe intermédia

A empresa-mãe intermédia é a OLI - Sistemas Sanitários, SA, com sede na Travessa do Milão, Esgueira, Aveiro.

As cópias das demonstrações financeiras consolidadas podem ser obtidas na sede da empresa.

1.4. Gestão do risco

- Risco de crédito
 - Créditos sobre clientes

O risco de crédito resulta maioritariamente do crédito concedido a clientes, relacionado com a atividade operacional. O principal objetivo da gestão de risco de crédito é garantir a cobrança efetiva das dívidas dos clientes, em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos clientes, a sociedade:

- Tem implementado procedimentos de controlo de crédito e processos de aprovação de crédito;
- Possui uma equipa dedicada à gestão do crédito e das cobranças;
- Estabelece e acompanha os limites de crédito dos seus clientes, monitorizando a exposição efetiva;
- Possui seguro de crédito;
- Recorre aos meios legais disponíveis para recuperação de crédito, quando aplicável.

b) Outros ativos financeiros para além de créditos sobre clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais, a sociedade detém ativos financeiros decorrentes do seu relacionamento com Instituições Financeiras, tais como depósitos bancários. Consequentemente, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das Instituições Financeiras que são contraparte nestes relacionamentos. A exposição relacionada com este tipo de ativos financeiros é amplamente diversificada e de duração limitada no tempo.

ii. Risco de Mercado

a) Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes *cash-flows* de pagamento de juros, a sociedade encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro.

b) Risco de Taxa de Câmbio

A sociedade está exposta ao risco de taxa de câmbio de transação. O risco de taxa de câmbio prende-se com a possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado da variação das taxas de câmbio. O Grupo opera internacionalmente e detém uma subsidiária a operar na Rússia, estando deste modo o seu investimento exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o Grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda.

O risco de transação emerge essencialmente quando existe risco cambial relacionado com *cash-flows* denominados em divisa que não a divisa funcional de sociedade. A sociedade procura compensar os *cash-flows* positivos e negativos denominados na mesma divisa estrangeira.

iii. Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash-flows* de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- Contratação de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de *commitment fees* suportados;

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial contabilístico adotado

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n° 98/2015, de 02 de Junho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) consignadas respetivamente nos avisos n.ºs 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015 de 29 de Julho, constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

2.2 Pressuposto da continuidade

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3 Regime do acréscimo

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em

que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de Devedores e credores por acréscimos e Diferimentos.

2.4 Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os “Impostos diferidos” e as “Provisões” são classificados como Ativos e Passivos não correntes.

2.5 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.6 Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2018 são, essencialmente, comparáveis com os utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017.

Atendendo à NCRF 10 – custos de empréstimos obtidos, a empresa capitalizou juros no montante de 25.651,47 €, utilizou como critérios o ativo estar em curso por período superior a 9 meses e o seu valor ser superior a 100.000 euros.

2.7 Eventos subsequentes

Os eventos, após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do Balanço, são divulgados no anexo às Demonstrações Financeiras.

2.8 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de alguma disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações

Financeiras:

ATIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis, apenas são reconhecidos, se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas, sempre que, a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento, iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado, venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios, são registadas como gastos do exercício em que são suportadas. As despesas de investigação, são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método linear, em conformidade com o período de vida útil estimado.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2010 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Após aquela data, os ativos fixos tangíveis adquiridos, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os edifícios e os terrenos foram revalorizados em 2011, por uma entidade externa, denominada L2i – Investimentos Imobiliários, Lda e em 2017, pela entidade externa, denominada CC Morais – Avaliação Imobiliária, Lda.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Nº de anos de vida estimado
Edifícios Comerciais e Administrativos	50
Edifícios Industriais	20
Edificações ligeiras	10
Moldes	6
Máquinas	10
Linhas de montagem	10
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	8

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate e são registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas de Outros rendimentos ou Outros gastos.

ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (NCRF 8)

Na rubrica dos ativos não correntes detidos para venda estão registados moldes e máquinas que foram classificados como tal, uma vez que não estão a ser recuperados pelo uso continuado, mas sim através da alienação. Os ativos estão disponíveis para venda imediata nas suas condições atuais, estando a administração empenhada na sua alienação e tendo realizado várias diligências para a sua venda num curto prazo de tempo.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são registados pelo mais baixo entre o seu valor de balanço e o justo valor dos mesmos, deduzido dos gastos expectáveis com a sua venda.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa a que o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na Demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

LOCAÇÕES (NCRF 9)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e, como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)

Os juros de empréstimos obtidos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. A Entidade considera que um ativo elegível para

capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados.

A taxa de capitalização utilizada no exercício de 2018 foi de 1,90%. A política de capitalização da entidade resume-se da seguinte forma:

- A capitalização de gastos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram suportados juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda;

- A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas;

Por uma questão prática apenas são capitalizados juros nos ativos que demorem no mínimo 9 meses a construir e que atinjam um valor superior a 100.000 euros.

- Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os gastos com matérias consumidas e gastos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (NCRF 11)

As propriedades de investimento são valorizadas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos suportados com as propriedades de investimento, como por exemplo, manutenção, reparação, seguros, são reconhecidos como gastos do período a que dizem respeito. Caso existam melhorias, em que haja expectativas que gerem benefícios económicos futuros para além dos inicialmente esperados, são capitalizados na rubrica de Propriedades de investimento.

Periodicamente é determinado o justo valor das propriedades de investimento, sendo refletida esta avaliação na mensuração dos ativos.

No que respeita à divulgação do justo valor das propriedades de investimento, tendo em consideração por um lado que foram reavaliadas recentemente e por outro as atuais condições do mercado imobiliário, fruto da atual conjuntura económica, consideramos que o valor pelas quais as mesmas se encontram registadas na contabilidade corresponde ao justo valor.

IMPARIDADE DE ATIVOS (NCRF 12)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade e, efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda tivesse sido registada.

À data do Balanço foi avaliada a imparidade dos inventários, dos clientes e dos outros devedores. Constatou-se que existia evidência objetiva de imparidade nos inventários e nos outros devedores. No caso dos clientes neste exercício houve uma reversão de imparidade constituída anteriormente pelos processos judiciais e pela antiguidade. Por este facto, foram reconhecidas, imparidades de outros devedores e de inventários e reversão de imparidades de clientes, na Demonstração dos resultados.

Relativamente à Soplasnor, houve um reforço da imparidade no montante de € 1 500, relacionado com um empréstimo efetuado, no presente exercício, a esta participada naquele montante.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15)

As participações financeiras são inicialmente reconhecidas ao custo e posteriormente ajustadas pelo Método de Equivalência Patrimonial. A consolidação é pelo Método Integral, porque as participações e o controlo nas subsidiárias assim o exigem.

Na empresa-mãe, os ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é contabilizado em ganhos ou perdas por contrapartida do valor do investimento financeiro, sendo após a data do balanço transferido para reservas sempre que não é distribuído. Quando a participação pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, for uma perda e igualar ou ultrapassar o investimento na associada, a empresa-mãe deixa de reconhecer perdas adicionais.

Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados na consolidação.

As políticas contabilísticas das associadas, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

No final do ano são efetuados testes de imparidade para as empresas participadas. Os testes são realizados no sentido de avaliar a recuperabilidade do investimento, considerando o desempenho histórico, bem como as expectativas de desenvolvimento do negócio. As avaliações têm por base projeções de cash flow baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração e que são descontados à taxa do custo de capital e os fluxos de caixa são extrapolados utilizando as taxas de crescimento estimadas com base nas expectativas de desenvolvimento do negócio

INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.
- Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao mais baixo entre o custo de produção e o valor realizável líquido. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico.

A saída é custeada pelo método do custo básico padrão.

Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização, é registada uma perda por imparidade para depreciação de inventários.

RÉDITO (NCRF 20)

A empresa reconhece rédito sempre que possa ser razoavelmente mensurável e seja provável que obtenha benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela venda e prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando são satisfeitas todas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

A empresa constituiu uma provisão para garantias a clientes, dado que os seus produtos têm um prazo de reclamação em garantia, pelo que a entidade tem uma obrigação presente resultante de um evento passado, e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos. O montante da obrigação foi calculado com base no histórico dos últimos três exercícios.

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios à exploração, nomeadamente os apoios ao emprego são reconhecidos na Demonstração dos resultados na parte proporcional dos gastos suportados, satisfazendo o princípio da especialização dos exercícios.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis são registados no Capital Próprio e reconhecidos na Demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados durante a vida útil dos mesmos.

Em curso temos um empréstimo reembolsável pela concessão de Incentivos Financeiros no âmbito do sistema de incentivos à inovação do QREN onde concorremos com despesas de internacionalização e investimento, cujo benefício corresponde à isenção de juros.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os rendimentos e gastos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício.

As cotações utilizadas na conversão para euros das subsidiárias foram:

Moeda	2018		2017	
	Taxa de fecho	Taxa média	Taxa de fecho	Taxa média
RUB - Rublo Russo	79.7153	74.0416	69.392	65.9383

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros de demonstrações financeiras de entidades participadas denominadas em moeda estrangeira são incluídas no capital próprio, na rubrica Outras variações no capital próprio.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), no apuramento da matéria coletável, são adicionados e deduzidos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Relativamente a 2018, a empresa tem deduções à coleta referentes aos incentivos fiscais em vigor em sede de IRC, nomeadamente o SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e RFAI – Regime Fiscal de Apoio ao Investimento.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – impostos diferidos.

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor e deduzido dos benefícios fiscais; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor e, são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

MATÉRIAS AMBIENTIAIS (NCRF 26)

A atividade desenvolvida pela empresa pode causar eventuais danos ambientais pelo que, ao abrigo do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho, a empresa tem de constituir obrigatoriamente uma ou mais garantias financeiras próprias e autónomas, alternativas ou complementares entre si, que lhe permita assumir a responsabilidade de danos por si provocados. A sociedade optou por cumprir tal disposto normativo através de uma afetação de uma reserva indisponível em capital próprio.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes e outras dívidas de terceiros - as dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas inicialmente pelo seu justo valor e subsequentemente pelo seu valor nominal, que corresponde ao custo, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial. No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.
- Fornecedores e outras dívidas a pagar - as dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas inicialmente pelo seu justo valor e subsequentemente pelo seu valor nominal, que corresponde ao custo, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Empréstimos - os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.
- Transações e saldos em moeda estrangeira - as transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados em moeda estrangeira, registados ao justo valor, são atualizadas nas datas de relato, às taxas de câmbio das datas em

que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas. As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na Demonstração dos resultados do período em que são geradas.

- Periodizações - as transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de Outros créditos a receber, Outras dívidas a pagar e Diferimentos.
- Caixa e Depósitos bancários - os montantes incluídos na rubrica Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.
- Instrumentos financeiros detidos para negociação - Os ativos financeiros e passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem principalmente adquiridos ou assumidos com a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito próximo, ou se fizerem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam geridos em conjunto e para os quais exista evidência de terem sido recentemente proporcionados lucros reais. Estes ativos e passivos são valorizados ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social e gratificações. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.
- Benefícios de cessação de emprego: a entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por terminado o prazo de caducidade do contrato de trabalho a termo ou por acordo de revogação.

3.2. - Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

4. Fluxos de caixa

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é a seguinte:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO				EUR
Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	16 591	115 090	119 020	12 662
Depósitos à ordem	585 619	126 908 087	126 364 099	1 129 607
Outros depósitos bancários		262 835	826	262 009
Total de caixa e depósitos bancários	602 210	127 286 012	126 483 945	1 404 277

5. Partes Relacionadas

5.1. Relacionamentos com a Empresa-mãe:

Empresa-mãe imediata: OLI - Sistemas Sanitários, SA

Empresa-mãe intermédia superior: Oliveira & Irmão, SGPS, Lda.

Empresa-mãe intermédia superior: Valsir, SPA

5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações auferidas pelos órgãos sociais (entendidos como pessoal chave da gestão), nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, foram as seguintes:

REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS			EUR
Descrição	Período 2018	Período 2017	
Conselho de Administração - OLI Sistemas Sanitários, SA	584 384	564 714	
Total	584 384	564 714	

5.3. Transações entre partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas foram as seguintes:

ENTIDADES RELACIONADAS											EUR
Descrição	Período 2018					Período 2017					
	Vendas e Serviços	Compras	Saldos a Receber	Saldos a Pagar	Empréstimos do Período	Vendas e Serviços	Compras	Saldos a Receber	Saldos a Pagar	Empréstimos do Período	
Empresa-mãe											
VALSIR, SPA	734 352	1 382 041	124 913	247 528		720 559	1 324 417	190 227	522 600		
Oliveira & Irmão, SGPS, Lda										-18 000	
Total	734 352	1 382 041	124 913	247 528		720 559	1 324 417	190 227	522 600		
Subsidiárias											
OLI Moldes, Lda	29 573	1 640 298	123	970 182		71 338	1 355 835	3 348	553 446	40 000	
Soplasnor - Soc. Plásticos do Norte, SA					1 500					44 500	
Oli Sanitairsysteme GMBH	207 700	893	97 728		44 530	276 630	551	81 313		-90 910	
OOO Oli Rus	1 404 284		1 718 595			958 355		1 332 862			
Oli, SRL	7 070 760	865 862	431 591	57 830		7 172 806	745 255	339 205	57 578		
Total	8 712 317	2 507 053	2 248 037	1 028 012	46 030	8 479 129	2 101 642	1 756 728	611 024	-6 410	

Em 16 de Janeiro de 2018 a OLI - Sistemas Sanitários, SA realizou o aumento do capital social da OLI Sanitätsysteme GmbH com sede na Alemanha, no montante de € 300 000, deliberado em 22 de Dezembro de 2017.

Em 31 de Dezembro de 2018 a OLI - Sistemas Sanitários, SA concedeu um perdão de dívida à OLI RUS OOO no montante € 535 651.28.

6. Ativos intangíveis

A divulgação dos ativos intangíveis é a seguinte:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2018 EM ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS EUR

	Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Ativos intangíveis em curso	Total
	Com vida útil finita:					
4	Quantia bruta escriturada inicial	59 840	823 512			883 352
5	Amortizações acumuladas iniciais	51 529	499 915			551 443
7	Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	8 311	323 597			331 908
8	Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 +8.5 +8.6)	-8 311	-109 055			-117 366
8.1	Total das adições		122 290			122 290
Adições	Aquisições em 1.ª mão		113 415			113 415
	Outras		8 875			8 875
8.2	Total das diminuições	8 311	231 345			239 656
Diminuições	Amortizações	8 311	231 345			239 656
	Outras					
9	Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)		214 542			214 542
	Vida útil	3	3			

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2017 EM ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS EUR

	Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Ativos intangíveis em curso	Total
	Com vida útil finita:					
4	Quantia bruta escriturada inicial	59 840	752 436		63 035	875 311
5	Amortizações acumuladas iniciais	31 582	230 226			261 808
7	Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	28 258	522 211		63 035	613 503
8	Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 +8.5 +8.6)	-19 947	-198 613		-63 035	-281 595
8.1	Total das adições		71 076		2 100	73 176
Adições	Aquisições em 1.ª mão		70 566		2 100	72 666
	Outras		510			510
8.2	Total das diminuições	19 947	269 689		65 135	354 770
Diminuições	Amortizações	19 947	269 179			289 126
	Outras		510		65 135	65 645
9	Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	8 311	323 597			331 908
	Vida útil	3	3			

7. Ativos fixos tangíveis

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2018 EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EUR

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	5 516 000	21 700 840	37 077 182	1 227 611	1 483 440	1 240 638	2 796 184		71 041 895
2	Depreciações acumuladas iniciais		10 868 446	28 921 827	984 119	1 338 764	1 237 017			43 350 173
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	5 516 000	10 832 394	8 155 355	243 492	144 675	3 621	2 796 184		27 691 722
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	483 979	-643 250	1 244 200	80 726	45 012	-3 621	576 484	31 566	1 815 097
5.1	Total das adições	483 979	30 838	327 853	240 350	146 558	4 885	4 975 342	31 566	6 241 371
Adições	Aquisições	483 979	30 838	327 853	240 350	146 558	4 885	4 975 342	31 566	6 241 371
	Outras									
5.2	Total das diminuições		1 445 346	2 174 522	161 484	107 166	914			3 889 432
Diminuições	Depreciações		1 402 353	2 113 195	144 113	105 183	914			3 765 758
	Alienações			47 771	17 371	1 118				66 260
	5.4 Transferências de AFT em curso		793 957	3 068 170	1 860	5 620		-4 387 537		-517 931
	5.6 Outras transferências		-22 699	22 699			-7 592	-11 320		-18 912
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	5 999 979	10 189 144	9 399 555	324 218	189 687		3 372 668	31 566	29 506 818
	Vida útil		3;10;20;50	1;3;4;6;8;10	4;6	3;5;6;7;8;10	3;4			

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2017 EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	7 073 343	17 312 006	35 141 595	1 260 137	1 439 213	1 236 648	1 855 111	80 000	65 398 053
2	Depreciações acumuladas iniciais		9 840 516	26 997 479	981 133	1 224 427	1 226 162			40 269 717
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	7 073 343	7 471 490	8 144 116	279 005	214 785	10 485	1 855 111	80 000	25 128 336
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	-1 557 343	3 360 904	11 239	-35 512	-70 110	-6 865	941 072	-80 000	2 563 386
5.1	Total das adições	354 640	3 259 989	217 195	130 300	43 742	4 500	4 039 944		8 050 311
	Aquisições	354 640	11 455	209 793	130 300	43 742	3 990	3 866 641		4 620 561
	Acréscimo por revalorização		3 248 534							3 248 534
	Outras			7 402			510	173 303		181 215
5.2	Total das diminuições	1 911 983	1 038 510	1 933 825	165 812	114 847	11 365	255 513		5 431 854
	Depreciações		1 027 930	1 933 825	148 469	114 337	7 375			3 231 935
	Alienações				17 344					17 344
	Decréscimo por revalorização	1 911 983					510	3 990	255 513	1 911 983
	Outras		10 580							270 593
5.4	Transferências de AFT em curso		1 139 425	1 702 939		995		-2 843 359		
5.6	Outras transferências			24 929					-80 000	-55 071
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	5 516 000	10 832 394	8 155 355	243 492	144 675	3 621	2 796 184		27 691 722
	Vida útil		3:10;20:50	1;3;4;6;8;10	4;6	3;5;6;7;8;10	3;4			

7.2. Divulgações sobre excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis reconhecidos por quantias revalorizadas

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2018 NOS EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

EUR

Descrição	Reservas de Reavaliação Legais		Reservas de Reavaliação Livres		Total	
	Não realizada	Realizada	Não realizada	Realizada		
Valor do excedente de revalorização no início do período		70 678	91 415	5 482 401	1 970 164	7 614 657
Depreciações		-13 118	13 118	-598 904	598 904	
Valor do excedente de revalorização no fim do período		57 560	104 533	4 887 210	2 569 067	7 618 370

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2017 NOS EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

EUR

Descrição	Reservas de Reavaliação Legais		Reservas de Reavaliação Livres		Total	
	Não realizada	Realizada	Não realizada	Realizada		
Valor do excedente de revalorização no início do período		83 796	78 297	4 729 828	1 695 170	6 587 092
Revalorização				1 027 566		1 027 566
Depreciações		-13 119	13 119	-274 993	274 993	
Valor do excedente de revalorização no fim do período		70 678	91 415	5 482 401	1 970 164	7 614 657

7.3. Ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS EM 2018

EUR

Bem	Credor	Valor de penhor	Valor do bem	Depreciação	Quantia líquida
Edifício Soplansor e terrenos adjacentes	BPI	4 500 000	4 839 391	549 284	4 290 107
Moldes e máquinas	BPI	827 750	921 643	601 809	319 835
		5 327 750	5 761 034	1 151 092	4 609 941

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS EM 2017

EUR

Bem	Credor	Valor de penhor	Valor do bem	Depreciação	Quantia líquida
Edifício Soplansor e terrenos adjacentes	BPI	4 500 000	4 839 391	375 209	4 464 181
Moldes e máquinas	BPI	827 750	921 643	503 408	418 235
		5 327 750	5 761 034	878 617	4 882 416

8. Ativos não correntes detidos para venda

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Saldo Final
Conjunto de moldes para válvulas de enchimento	14 268			14 268
Conjunto de moldes para válvulas de descarga	7 927			7 927
Conjunto de moldes para siões de pavimento	2 114			2 114
Conjunto moldes adquiridos para venda		531 470		531 470
Total	24 309	531 470		555 779

9. Locações

9.1. Contratos de locação

EUR

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivamente quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período	Locações financeiras em vigor						Período 2018	Período 2017
	Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados
					Começo	Fim		
Fixos Tangíveis	Leasing Audi A6 - 25OU22	94 000	BPI	CT 1460255800	25-06-2014	25-06-2019		9 792
	Leasing Audi A3 - 28PR19	39 650	BPI	CT 1530029800	05-04-2015	05-04-2020	2 478	12 391
	Leasing Audi A3 - 28PR20	39 650	BPI	CT 1530029900	05-04-2015	05-04-2020	2 478	12 391
	Leasing VW Caravelle - 95QL40	42 000	BPI	CT 1561644300	25-10-2015	25-10-2020	7 875	18 375
	Leasing VW Passat 13-SG-86	35 300	BPI	CT1660968700	05-01-2017	05-01-2022	17 650	26 475
	Leasing VW Golf 59-UP-34	24 990	BPI	CT1860320900	07-05-2018	23-05-2023	20 304	
	Leasing VW Passat 87-TZ-70	34 990	BPI	CT1762184600	09-01-2018	09-01-2023	26 242	
	Leasing BMW S5 99-VR-47	47 841	BPI	CT1863210000	07-12-2018	17-12-2023	46 845	
	Subtotais	358 421					123 873	79 423
	Leasing Eq. Informático	50 000	BSTOTTA	CT 203751	15-01-2014	15-01-2019		10 000
Leasing VW Passat - 83OP83	29 700	BSTOTTA	CT 205173	15-05-2014	15-05-2019		2 475	
Leasing BMW X1 - 76QO89	38 596	BSTOTTA	CT211612	15-12-2015	15-12-2020	8 845	18 494	
Leasing BMW 4 - 36QR70	46 500	BSTOTTA	CT211832	15-01-2016	15-01-2021	11 625	23 250	
Leasing VW Passat - 19RN27	35 300	BSTOTTA	CT214624	15-08-2016	15-08-2021		22 798	
Subtotais	200 096					20 470	77 017	
Leasing Eq. Informático - ORACLE	160 446	BNP PARIBAS	CT 76186/187	01-10-2015	01-08-2017		26 741	
Subtotais	160 446						26 741	
Totais	718 963					144 343	183 181	

9.2. Quantias reconhecidas nestes ativos

EUR

Descrição	Locações financeiras 2018		Locações operacionais	Locações financeiras 2017		Locações operacionais
	Ativos fixos tangíveis	Total		Ativos fixos tangíveis	Total	
Quantia bruta escriturada final	718 963	718 963		651 142	651 142	
Amortizações/Depreciações acumuladas	574 620	574 620		467 961	467 961	
Perdas por imparidade e reversões						
Quantia líquida escriturada final (4 = 1 - 2 - 3)	144 343	144 343		183 181	183 181	
Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço: (5 = 5.1 + 5.2 + 5.3)	201 947	201 947	59 192	215 310	215 310	66 730
Até um ano	80 751	80 751	23 211	91 725	91 725	18 047
De um a cinco anos	121 196	121 196	35 981	123 585	123 585	48 682
Mais de cinco anos						
Valor dos pagamentos reconhecidos em gastos do período			46 577			37 621

10. Empréstimos obtidos

10.1. Informação relativa aos empréstimos genéricos

TIPO DE FINANCIAMENTO

EUR

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Cartões Crédito	207		207	12 971		12 971
Programa de Papel Comercial	5 400 000		5 400 000	3 350 000		3 350 000
Médio e Longo Prazo	1 755 406	7 540 591	9 295 997	2 148 540	7 295 998	9 444 537
Leasing	80 751	121 196	201 947	91 725	123 585	215 310
Desconto de Remessas				253 026		253 026
FEDER - Candidatura nº 27024	1 006 251		1 006 251	250 748	979 279	1 230 027
Total	8 242 615	7 661 788	15 904 403	6 107 010	8 398 861	14 505 871

11. Custos de empréstimos obtidos

Durante este exercício os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos capitalizados como parte do custo desses ativos foram os seguintes:

CUSTO EMPRÉSTIMOS OBTIDOS 2018

EUR

Descrição	Data início da obra	Montante de juros capitalizados	Taxa de juro aplicada
Ativos fixos tangíveis		25 651	
Máquinas de uso específico	06/06/2017	11 623	1.90%
Máquinas de uso específico	01/02/2018	397	1.90%
Instalações Industriais	01/09/2017	1 859	1.90%
Instalações Industriais	07/12/2017	1 134	1.90%
Instalações Industriais	30/01/2018	1 159	1.90%
Instalações Industriais	02/02/2017	1 531	1.90%
Edificações Ligeiras	07/07/2017	7 948	1.90%
Total		25 651	

CUSTO EMPRÉSTIMOS OBTIDOS 2017

EUR

Descrição	Data início da obra	Montante de juros capitalizados	Taxa de juro aplicada
Ativos fixos tangíveis		8 786	
Máquinas de uso específico	16/12/2016	3 412	2.05%
Instalações Industriais	01/02/2015	3 962	2.45%
Instalações Industriais	02/02/2017	1 412	2.05%
Total		8 786	

Pressupostos:

Em curso por um período superior a 9 meses e valor superior a 100.000€

12. Propriedades de investimento

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2018 EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

EUR

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	outras propriedades investimento	Pl em curso	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	1 719 814	4 518 239			6 238 053
2	Depreciações acumuladas iniciais		623 675			623 675
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais		259 420			259 420
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	1 719 814	3 635 144			5 354 958
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)		-269 655			-269 655
5.1	Total das adições					
5.2	Total das diminuições		269 655			269 655
Diminuições	Depreciações		269 655			269 655
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	1 719 814	3 365 488			5 085 302
7	Vida útil		3;11;29			

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2017 EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

EUR

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	outras propriedades investimento	Pl em curso	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	1 719 814	4 505 225			6 225 039
2	Depreciações acumuladas iniciais		353 854			353 854
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais		246 377			246 377
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	1 719 814	3 904 995			5 624 808
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)		-269 851			-269 851
5.1	Total das adições		13 013			13 013
Adições	Outras		13 013			13 013
5.2	Total das diminuições		363 014			363 014
Diminuições	Depreciações		269 821			269 821
	Perdas por imparidade		93 194			93 194
5.3	Reversões de perdas por imparidade		80 150			80 150
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	1 719 814	3 635 144			5 354 958
7	Vida útil		3;11;29			

OUTRA INFORMAÇÃO

EUR

Descrição	2018	2017	Total
Quantias reconhecidas nos resultados			
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	68 400	153 550	221 950
Gastos operacionais diretos de imóveis que geraram rendimentos	45 840	24 388	70 228
Gastos operacionais diretos de imóveis que não geraram rendimentos			
Total	22 560	129 162	151 722

13. Participações financeiras

13.1. Informação relativa às participações financeiras

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM 2018		EUR	
Descrição	Investimentos em subsidiárias	Total	
Método de equivalência patrimonial:			
Quantia bruta escriturada inicial	10 970 427	10 970 427	
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-5 608 500	-5 608 500	
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos	6 184 555	6 184 555	
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1- 2 + 3)	11 546 482	11 546 482	
Movimentos do período: (5=5.1+5.2+5.3-5.4+5.5+5.6-5.7-5.8-5.9+5.10+5.11+5.12+5.13+5.14)	705 498	705 498	
Parte do investidor nos resultados da investida	1 169 912	1 169 912	
Distribuições recebidas da investida	-205 920	-205 920	
Alterações nos capitais próprios da investida não reconhecidas em resultados	12 203	12 203	
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos	6 030	6 030	
Perdas por imparidade	-1 500	-1 500	
Outros movimentos do período	-275 227	-275 227	
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	12 251 980	12 251 980.13	
Outros métodos			
Quantia bruta escriturada inicial	32 017	32 017	
Quantia líquida escriturada inicial (10 = 7- 8 + 9)	32 017	32 017	
Movimentos do período: (11 = 11.1 + 11.2 + 11.3 + 11.4 + 11.5 + 11.6 + 11.7 + 11.8 + 11.9 + 11.10 + 11.11 + 11.12)	233	233	
Outras aquisições	10 233	10 233	
Alienações	-10 000	-10 000	
Quantia líquida escriturada final (12 = 10 + 11)	32 250	32 250	

Em 2018 houve um reforço da perda de imparidade dos investimentos financeiro no montante de € 1 500, com este aumento o valor da imparidade acumulada fica igual ao valor do empréstimo concedido à Soplasmor – Sociedade de Plásticos do Norte, SA, pois não se espera conseguir recuperar este valor, uma vez que a participada não possui ativos para cobrir este valor.

Em 16 de Abril de 2019 a OLI – Sistemas Sanitários, SA, procedeu a um novo aumento de capital no montante de € 750 000 à sua subsidiária OLI Sanitärssysteme GmbH, sendo assim possível em 2019 reconhecer a parte do resultado líquido do exercício negativo de 2018 ainda não reconhecida.

Durante o ano de 2018 a OLI - Sistemas Sanitários, SA emprestou à sua subsidiária OLI Sanitärssysteme, GmbH, a quantia de € 605 585.55 e foi reembolsada em € 561 055.26. Foram debitados juros no montante de € 4 321.69.

14. Inventários

Os inventários encontram-se detalhados como se segue:

EUR

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	1 002 093	274 441	727 651	989 234	215 847	773 387
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 292 278	107 341	2 184 937	2 556 428	102 021	2 454 407
Produtos acabados e intermédios	3 925 169	214 304	3 710 865	3 502 364	273 503	3 228 862
Total	7 219 540	596 087	6 623 453	7 048 026	591 371	6 456 655

O custo das mercadorias e das matérias consumidas é o seguinte:

EUR

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Mercadorias	Matérias primas, subs. consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subs. consumo	Total
Inventários iniciais	989 234	2 556 428	3 545 661	1 023 315	2 078 158	3 101 473
Compras	4 065 505	20 971 583	25 037 088	3 763 579	20 871 361	24 634 940
Reclassificação e regularização de inventários	148 263	26 607	174 869	122 689	-740	121 948
Inventários finais	1 002 093	2 292 278	3 294 370	989 234	2 556 428	3 545 661
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2-3)	3 904 383	21 209 127	25 113 510	3 674 971	20 393 832	24 068 803
Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	274 441	107 341	381 782	215 847	102 021	317 868
Reversão de ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	215 847	102 021	317 868	124 520	85 214	209 734
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários	274 441	107 341	381 782	215 847	102 021	317 868

A variação nos inventários da produção é a seguinte:

EUR

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Inventários finais	3 925 169			3 502 364		
Reclassificação e regularização de inventários	422 663			267 573		
Inventários iniciais	3 502 364			3 165 250		
Variação nos inventários de produção (4=1+2-3)	845 468			604 688		
Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	214 304			273 503		
Reversão de ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	273 503			112 584		
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários	214 304			273 503		

15. Rédito

O quadro seguinte detalha os réditos e outros rendimentos:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

EUR

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Réditos reconhecidos no período:		
Vendas e Serviços Prestados	56 307 384	54 104 701
Vendas de bens	56 295 861	54 097 101
Prestação de serviços	11 522	7 600
Outros rendimentos	4 520	3 586
Juros obtidos	4 520	3 586
Outros rendimentos similares		
Total	56 311 904	54 108 286

16. Provisões do Exercício

As provisões para garantias a clientes, foram constituídas na proporção entre os encargos derivados destas garantias efetivamente suportados nos últimos três períodos de tributação e as vendas relativas ao mesmo período.

EUR

Descrição	2018		2017	
	Garantias a clientes	Total	Garantias a clientes	Total
Quantia escriturada inicial	35 878	35 878	35 534	35 534
Movimentos do período (2 = 2.1-2.2)	-6 343	-6 343	344	344
Total de aumentos	29 535	29 535	35 878	35 878
Reforço	29 535	29 535	35 878	35 878
Total de diminuições	35 878	35 878	35 534	35 534
Uso	18 658	18 658	30 339	30 339
Reversão	17 219	17 219	5 195	5 195
Quantia escriturada do exercício (3 = 1 + 2)	29 535	29 535	35 878	35 878
Quantia escriturada final	29 535	29 535	35 878	35 878

17. Subsídios

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

EUR

DESCRİÇÃO	2018		2018		2017		2017	
	Subsídios do Estado e outros entes públicos		Subsídios de outras entidades		Subsídios do Estado e outros entes públicos		Subsídios de outras entidades	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
Subsídios relacionados com activos/ao investimento: (1 = 1.1 + 1.2 + 1.3)	1 093 234	19 239			1 093 234	20 913		
Activos fixos tangíveis (1.1 = 1.1.1 + 1.1.2 + + 1.1.7)	1 093 234	19 239			1 093 234	20 913		
Outros	1 093 234	19 239			1 093 234	20 913		
Activos intangíveis (1.2 = 1.2.1+ 1.2.2 + + 1.2.4)								
Outros activos								
Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração		131 836				123 760		
Valor dos reembolsos no período respeitantes a: (3 = 3.1 + 3.2)								
TOTAL (4 = 1 + 2 - 3)	1 093 234	151 075			1 093 234	144 673		

O valor dos subsídios obtidos do estado e outros entes públicos diz respeito ao programa de estágio e emprego e ao sistema de incentivo à Investigação & desenvolvimento.

18. Diferenças de Câmbio

EFETOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

EUR

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Diferenças de Câmbio		
Reconhecidas em resultados do período:		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	7 397	55 348
Diferenças de câmbio favoráveis	29 171	8 100

19. Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela administração e autorizadas para emissão em 15 de Março de 2019.

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período, exceto o referido na nota 13.

20. Impostos sobre o rendimento

20.1 Divulgação dos componentes de gasto (rendimento) de impostos

QUANTIA ESCRITURADA DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO		EUR	
Descrição	31/12/2018	31/12/2017	
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	4 530 743	4 058 709	
Imposto corrente	-377 892	-520 634	
Imposto diferido	155 748	155 872	
Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)	-222 145	-364 762	
Tributações autónomas	118 860	129 124	

DEDUÇÕES À COLETA REFERENTES A BENEFÍCIOS FISCAIS		EUR	
Descrição	31/12/2018	31/12/2017	
SIFIDE-Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial	500 000	609 633	
RFAI - Regime Fiscal de Apoio ao Investimento	341 108	329 254	
CFEI - Crédito Fiscal Extraordinário			
Total	841 108	938 888	

O valor do SIFIDE deduzido à coleta em 2018 refere-se ao valor estimado provisório apurado em 2018.

O valor do RFAI deduzido à coleta em 2018 refere-se ao valor do reporte do ano anterior e ao valor do benefício estimado para 2018.

A empresa regista ativos por impostos diferidos no montante de 210.368 euros relacionados com perdas de imparidade não aceites fiscalmente.

Regista também passivos por impostos diferidos no montante de 5.693 euros relacionados com reavaliações legais e 1.424.737 euros relacionados com reavaliações livres.

20.2 Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e o lucro contabilístico

TAXA DE IMPOSTO, EFETIVA MÉDIA		EUR
Descrição		Efeito na DR
Resultados Antes de impostos (1)		4 530 743
Taxa(s) do imposto (2)		21.00%
Imposto do Exercício Esperado (3) = (1) x (2)		951 456
Dif. Permanentes e Dif. Temporárias que não originaram ID. (4)		-8 400
Correções relativas a períodos anteriores		11 400
Anulação do efeito do método de equivalência patrimonial		-963 992
Provisões não dedutíveis		1 500
Insuficiência de estimativas para impostos		2 931
Despesas não documentadas		693
Encargos não devidamente documentados		1 981
Multas e outras penalidades		1 699
Gastos não dedutíveis relativos a participação nos lucros dos OS		167 083
Perdas por imparidade em inventários e em créditos não aceites fiscalmente		616 087
Perdas por imparidade de ativos não correntes e depreciações e amortizações não aceites como gastos		851 998
40% do Aumento das depreciações dos AFT em resultado da reavaliação fiscal		5 767
Créditos incobráveis não aceites como gastos		535 715
Realizações nde utilidade social não dedutíveis		22 983
50% da Diferença positiva entre as mais e menos valias fiscais com intenção de reinvestimento		36 214
Donativos não previstos ou além dos limites legais		59 632
Outros acréscimos		426
Reversão de perdas por imparidade tributadas		-591 371
Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores		-91 048
Excesso de Estimativas para Impostos		-328 095
Mais valias contabilísticas		-68 749
Eliminação da dupla tributação económica de lucros e reservas distribuídas		-205 920
Benefícios fiscais		-106 932
Benefícios fiscais (excepto DLRR e CFEI) (5)		841 108
Impostos Diferidos (6)		155 748
Derrama Estadual (7)		89 722
Derrama (8)		67 361
Tributação Autónoma (9)		118 860
Imposto do Exercício Total (9) =(3) + (4) - (5) - (6)+(7)+(8)+(9)		222 145
Taxa Média de Imposto		4.90%
O Imposto sobre o Rendimento do Exercício é decomposto por:		
Imposto Corrente		-377 892
Imposto Diferido		155 748
		-222 145

21. Matérias ambientais

Em 2013, a OLI - Sistemas Sanitários, SA constitui uma garantia financeira em forma de reserva nos capitais próprios que permite à empresa assumir a responsabilidade ambiental inerente à sua atividade, exigível pelo decreto-lei 147/2008, de 20 de Julho e alterações subsequentes. Esta reserva de responsabilidade ambiental foi constituída no montante de € 100 000 por afetação de outras reservas.

22. Instrumentos financeiros

22.1. Divulgação de valores de terceiros

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERIODO

EUR

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Clientes	9 493 714	9 912 134
Conta corrente	9 314 959	9 755 857
Titulos a receber	165 497	85 428
Cobrança duvidosa	619 623	755 861
Imparidades	-606 365	-685 012
Adiantamentos de Clientes	37 862	145 590
Fornecedores	7 135 703	8 374 411
Outras dívidas a pagar	4 423 228	3 600 217
Pessoal	11 537	11 301
Fornecedores investimentos	1 608 369	1 130 731
Credores por acréscimos de gastos - juros	24 326	25 920
Credores por acréscimos de gastos - seguros	3 008	27 394
Credores por acréscimos de gastos - fim do mês	4 284	1 669
Credores por acréscimos de gastos - cartões de crédito		5 073
Credores por acréscimos de gastos - férias e subsídios de férias	1 818 599	1 700 211
Credores por acréscimos de gastos - comissões	55 334	67 401
Credores por acréscimos de gastos - rappel	315 748	291 449
Credores por acréscimos de gastos - pontos	150 021	120 340
Credores por acréscimos de gastos - outros	196 452	200 752
Outros credores	235 549	17 978
Outros créditos a receber	667 186	301 282
Adiantamentos a fornecedores	43 662	299
Pessoal	24 630	14 169
Devedores por acréscimos de rendimentos - juros	4 520	3 586
Devedores por acréscimos de rendimentos - subsídios	130 186	943
Devedores por acréscimos de rendimentos - outros	244 820	187 345
Outros devedores	219 368	94 941
Total	21 757 694	22 333 635

22.2. Estado e outros Entes Públicos

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos						
Ativos						
Imposto sobre o rendimento	481 834		481 834	442 149		442 149
Imposto sobre o valor acrescentado	353 375		353 375	408 355		408 355
Total	835 209		835 209	850 504		850 504
Passivos						
Retenção de impostos sobre rendimentos	114 608		114 608	118 783		118 783
Outros impostos	133		133	99		99
Contribuições para a segurança social	210 512		210 512	204 988		204 988
Total	325 254		325 254	323 871		323 871

22.3. Diferimentos

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Diferimentos						
Ativos						
Gastos a reconhecer - juros	5 285		5 285	4 954		4 954
Gastos a reconhecer - seguros	7 070		7 070	7 919		7 919
Gastos a reconhecer - moldes propriedade cliente	75 590		75 590	1 750		1 750
Gastos a reconhecer - artigos proteção	5 040		5 040	4 951		4 951
Gastos a reconhecer - artigos marketing	28 289		28 289	66 382		66 382
Gastos a reconhecer - artigos oferta	700		700	1 400		1 400
Gastos a reconhecer - serviços em transitio	34 882		34 882	18 857		18 857
Gastos a reconhecer - investimento em transitio	96		96	7 490		7 490
Gastos a reconhecer - outros	145 226		145 226	117 914		117 914
Total	302 176		302 176	231 616		231 616
Passivos						
Rendimentos a reconhecer - moldes	102 606		102 606	164 818		164 818
Rendimentos a reconhecer - outros	48 745		48 745	12 111		12 111
Total	151 350		151 350	176 929		176 929

22.4. Ativos e Passivos Financeiros

INFORMAÇÃO RELATIVA A ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS EM 2018

EUR

Descrição	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
Ativos Financeiros:			
Clientes		9 493 714	606 365
Outros créditos a receber		667 186	
Passivos Financeiros:			
Fornecedores		7 135 703	
Adiantamentos de clientes		37 862	
Financiamentos obtidos	1 006 251	14 898 152	
Outras dívidas a pagar		4 423 228	

INFORMAÇÃO RELATIVA A ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS EM 2017

EUR

Descrição	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
Ativos Financeiros:			
Cientes		9 912 134	685 012
Outros créditos a receber		301 282	
Passivos Financeiros:			
Fornecedores		8 374 411	
Adiantamentos de clientes		145 590	
Financiamentos obtidos	1 230 027	13 275 844	
Outras dívidas a pagar		3 600 217	

22.5. Caixa

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	12 662	16 591
Depósitos à ordem	1 129 607	585 619
Outros depósitos bancários	262 009	
Total	1 404 277	602 210

22.6. Financiamentos

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Financiamentos obtidos						
Instituições de crédito e sociedades financeiras	7 236 364	7 661 788	14 898 152	5 856 262	7 419 582	13 275 844
Outros financiadores	1 006 251		1 006 251	250 748	979 279	1 230 027
Total	8 242 615	7 661 788	15 904 403	6 107 010	8 398 861	14 505 871

22.7. Capital

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital próprio		
Capital subscrito	10 000 000	10 000 000
Reservas legais	2 000 000	2 000 000
Outras reservas	6 351 379	5 144 782
Reserva responsabilidade ambiental	100 000	100 000
Outras reservas	6 251 379	5 044 782
Resultados transitados	-3 574	-563 555
Excedentes de revalorização	7 618 370	7 614 657
Ajustamentos / outras variações capital próprio	7 470 517	6 607 249
Resultado líquido do período	4 308 599	3 693 947
Total	37 745 290	34 497 080

22.8. Divulgação de informação de imparidades

PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS CORRENTES EM 2018

EUR

Descrição	Perdas por imparidade ano	Reversões de perdas por imparidade	Acumulado
Dívidas a receber de clientes		78 647	606 365
Dívidas a receber de outros devedores	20 000		20 000
Inventários - mercadorias	274 441	215 847	274 441
Inventários - matérias primas	107 341	102 021	107 341
Inventários - produtos acabados	214 304	273 503	214 304
Total	616 087	670 019	1 222 452

PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS CORRENTES EM 2017

EUR

Descrição	Perdas por imparidade ano	Reversões de perdas por imparidade	Acumulado
Dívidas a receber de clientes	82 039	3 986	685 012
Inventários - mercadorias	215 847	124 520	215 847
Inventários - matérias primas	102 021	85 214	102 021
Inventários - produtos acabados	273 503	112 584	273 503
Total	673 410	326 304	1 276 383

22.9. Informação das dívidas de Cobrança Duvidosa

DÍVIDAS REGISTRADAS COMO DE COBRANÇA DUVIDOSA

EUR

Descrição	2018	2017
Relativas a proc de insolvência e de recuperação de empresas ou proc de execução		
Reclamadas judicialmente	89 719	140 114
Em mora:	516 646	544 899
Há mais de vinte e quatro meses	384 060	284 829
Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses	5 232	99 387
Há mais de doze meses e até dezoito meses	56 101	22 807
Há mais de seis meses e até doze meses	24 398	14 397
Até seis meses	46 855	123 477
Total	606 365	685 012

23. Divulgação de informação de Fornecimentos e Serviços

Externos:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		EUR
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Subcontratos	2 570 632	2 289 738
Trabalhos especializados	1 143 537	1 067 949
Publicidade e propaganda	631 996	807 471
Vigilância e segurança	83 775	76 208
Honorários	30 037	27 784
Comissões	314 232	311 808
Conservação e reparação	1 388 722	1 352 470
Outros	26 107	41 358
Total serviços especializados	3 618 407	3 685 048
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	204 830	152 101
Livros e documentação técnica	1 213	1 331
Material de escritório	16 589	14 848
Artigos para oferta	47 420	42 223
Outros	93 988	30 759
Total materiais	364 040	241 262
Electricidade	1 175 672	987 476
Combustíveis	84 694	80 594
Água	22 869	29 975
Outros	684	1 502
Total energias e fluídos	1 283 918	1 099 547
Deslocações e estadas	454 722	484 663
Transporte de mercadorias	2 930 626	2 490 741
Total deslocações, estadas e transportes	3 385 348	2 975 404
Rendas e alugueres	72 576	62 335
Comunicação	58 584	44 594
Seguros	247 956	245 080
Royalties	81	9 685
Contencioso e notariado	3 428	9 230
Despesas de representação	411 644	462 473
Limpeza, higiene e conforto	95 191	72 419
Outros serviços	4 121	1 632
Total serviços diversos	893 581	907 448
Total fornecimentos e serviços externos	12 115 926	11 198 446

24. Divulgação de informação de Gastos com o Pessoal

PESSOAS AO SERVIÇO E HORAS TRABALHADAS

Descrição	2018		2017	
	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhada
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:				
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	398	693 418	389	768 210
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa				
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:				
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	398	693 418	389	768 210
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	398	693 418	389	768 210
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial				
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial				
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:				
Homens	190	339 476	193	386 157
Mulheres	208	353 942	196	382 053
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:				
Pessoas ao serviço da empresa, afetas à investigação e desenvolvimento	22		23	
Prestadores de serviços	23	8 810	21	8 044
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário	92		80	

GASTOS COM O PESSOAL

EUR

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Gastos com o pessoal	12 309 015	11 810 450
Remunerações dos órgãos sociais	584 384	564 714
Das quais: Participação nos lucros	257 204	237 953
Remunerações do pessoal	8 190 273	7 976 984
Encargos sobre remunerações	1 857 754	1 794 092
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	76 395	78 439
Gastos de acção social	159 446	150 105
Outros gastos com pessoal	1 440 763	1 246 115
Dos quais:		
Trabalho temporário	1 318 643	1 134 976
Gastos com formação	78 906	72 412

25. Divulgação de informação de Outros Rendimentos

OUTROS RENDIMENTOS

EUR

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendimentos suplementares	1 094 799	816 490
Descontos de pronto pagamento obtidos	107 490	99 233
Recuperação dívidas a receber	12 454	7 207
Ganhos em inventários		482
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	29 286	8 196
Rendimentos e ganhos em investimentos não Financeiros	72 745	19 853
Outros	524 620	654 323
Juros obtidos	4 520	3 586
Total outros rendimentos	1 845 914	1 609 370

26. Divulgação de informação de Outros gastos

OUTROS GASTOS		EUR	
Descrição	31/12/2018	31/12/2017	
Impostos	69 383	72 822	
Descontos de pronto pagamento concedidos	473 065	430 442	
Dívidas incobráveis	535 715	16 469	
Perdas em inventários	367 147	210 757	
Gastos e Perdas nos restantes Investimentos Financeiros	3		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	44 828		
Outros			
Correcções relativas a períodos anteriores	11 400	57 195	
Donativos	72 875	24 288	
Quotizações	16 105	11 904	
Ofertas e amostras em inventários	92 110	110 334	
Insuficiência da Estimativa de Impostos	2 931		
Moldes Propriedade e participação clientes		34 622	
Diferenças de câmbio desfavoráveis	7 397	55 348	
Comissões e outros gastos bancários	24 720	37 062	
Outros	4 683	4 262	
Total outros gastos	1 722 363	1 065 505	

27. Divulgação de informação de juros e gastos similares suportados

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS		EUR	
Descrição	31/12/2018	31/12/2017	
Juros suportados	274 004	309 008	
Total juros e gastos similares suportados	274 004	309 008	

28. Divulgação de informação gastos de depreciações

GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES		EUR	
Descrição	31/12/2018	31/12/2017	
Propriedades Investimento	269 655	269 821	
Edifícios	269 655	269 821	
Ativos fixos tangíveis	3 765 758	3 231 935	
Edifícios	1 402 353	1 027 930	
Equipamento básico	2 113 195	1 933 825	
Equipamento transporte	144 113	148 469	
Equipamento administrativo	105 183	114 337	
Outros ativos fixos tangíveis	914	7 375	
Ativos intangíveis	239 656	289 126	
Projectos desenvolvimento	8 311	19 947	
Programas Computador	231 345	269 179	
Total gastos de depreciações e amortizações	4 275 069	3 790 881	

29. Divulgações exigidas por diplomas legais

De acordo com o decreto-lei nº 534/80 e artigo 210º CRCSPSS, cumpre referir que não há situações de mora relativamente a entidades do sector público estatal e não se verificam outras situações que impliquem referência obrigatória.

Foram emitidas certidões comprovativas da situação regularizada, válidas à data de encerramento do Balanço, em 31 de Dezembro de 2018, junto da Administração Fiscal e da Segurança Social.

30. Outras Divulgações exigidas por diplomas legais

A portaria 208/2007 de 16 de Fevereiro que cria a IES (informação empresarial simplificada) exige divulgação de informação que passamos a relatar:

30.1 Divulgação por atividades económicas

INFORMAÇÃO POR ATIVIDADES ECONÓMICAS 2018				EUR
Descrição	CAE - 22230	CAE - 46740	CAE - 41100	Total
Vendas:	51 259 981	5 035 880		56 295 861
Mercadorias		5 035 880		5 035 880
Produtos acabados e intermédios, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	51 259 981			51 259 981
Prestações de serviços		11 522		11 522
Compras	20 971 583	4 065 505		25 037 088
Fornecimentos e serviços externos	10 802 531	1 111 858	201 537	12 115 926
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	21 209 127	3 904 383		25 113 510
Mercadorias		3 904 383		3 904 383
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	21 209 127			21 209 127
Variação nos inventários da produção	-845 468			-845 468
Número médio de pessoas ao serviço	318	80		398
Gastos com o pessoal:	10 525 013	1 784 001		12 309 015
Remunerações	7 488 780	1 285 877		8 774 657
Outros (inclui pensões)	3 036 233	498 124		3 534 357
Ativos fixos tangíveis:				
Quantia escriturada líquida final	24 800 228	4 395 453	311 137	29 506 818
Total de aquisições	5 836 568	93 666	311 137	6 241 371
Das quais: em Edifícios e outras construções	1 090 509	11 697	311 137	1 413 343
Adições no período de activos em curso	4 652 044	12 160	311 137	4 975 342
Propriedades de investimento:				
Quantia escriturada líquida final			5 085 302	5 085 302

INFORMAÇÃO POR ATIVIDADES ECONÓMICAS 2017				EUR
Descrição	CAE - 22230	CAE - 46740	CAE - 41100	Total
Vendas:	48 752 722	4 804 379	540 000	54 097 101
Mercadorias		4 804 379		4 804 379
Produtos acabados e intermédios, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	48 752 722		540 000	49 292 722
Prestações de serviços	60	7 540		7 600
Compras	20 871 361	3 763 579		24 634 940
Fornecimentos e serviços externos	9 803 566	1 249 126	145 754	11 198 446
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	20 393 832	3 674 971		24 068 803
Mercadorias		3 674 971		3 674 971
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	20 393 832			20 393 832
Variação nos inventários da produção	-604 688			-604 688
Número médio de pessoas ao serviço	355	32		387
Gastos com o pessoal:	10 458 739	1 351 710		11 810 450
Remunerações	7 306 996	1 012 215		8 319 211
Outros (inclui pensões)	3 151 744	339 495		3 491 239
Ativos fixos tangíveis:				
Quantia escriturada líquida final	23 821 231	3 870 491		27 691 722
Total de aquisições	4 496 918	123 643		4 620 561
Das quais: em Edifícios e outras construções	22 035			22 035
Adições no período de activos em curso	3 823 141	43 500		3 866 641
Propriedades de investimento:				
Quantia escriturada líquida final			5 354 958	5 354 958

30.2 Divulgação por mercados geográficos

INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS RELATIVA AO ANO DE 2018 EUR

Descrição	Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	12 916 527	32 782 825	10 596 510	56 295 861
Prestações de serviços	11 522			11 522
Compras	12 750 831	11 574 110	712 146	25 037 088
Fornecimentos e serviços externos	8 826 322	3 116 116	173 488	12 115 926
Aquisições de activos fixos tangíveis	4 808 228	1 433 143		6 241 371
Aquisições de activos intangíveis	37 551	75 864		113 415
Outros rendimentos suplementares	366 544	665 356	62 899	1 094 799

INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS RELATIVA AO ANO DE 2017 EUR

Descrição	Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	12 115 429	31 965 179	10 016 493	54 097 101
Prestações de serviços	7 600			7 600
Compras	12 386 022	11 622 060	626 858	24 634 940
Fornecimentos e serviços externos	8 115 725	2 905 721	177 000	11 198 446
Aquisições de activos fixos tangíveis	3 148 860	1 471 701		4 620 561
Aquisições de activos intangíveis	72 666			72 666
Outros rendimentos suplementares	389 324	369 658	57 508	816 490

30.3 Divulgação dos honorários do revisor oficial de contas

O Código das Sociedades Comerciais no seu artigo 66º- A do Código das Sociedades Comerciais exige a divulgação dos serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas

HONORÁRIOS FATURADOS EUR

Descrição	2018	2017
Revisão legal das contas	12 000	12 000
Outros serviços		
Totais	12 000	12 000

30.4 – Proposta de aplicação de resultados

Em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais, atendendo a que o resultado líquido do exercício é de € 4 308 598.74 €, propomos a seguinte aplicação de resultados:

Para Outras reservas	€ 2 390 237.10
Para Cobertura de resultados transitados	€ 3 574.01
Para Lucros não atribuídos	€ 1 064 787.63
Para Dividendos	€ 850 000.00

31. Informação de garantias prestadas

EUR

Garantias Prestadas	Beneficiário	Valor
Garantias Bancárias		
Caixa Geral de Depósitos	APCMC	16 000
Banco Santander Totta	IAPMEI	317 509

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

V. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Individuais

Senhores Acionistas:

Nos termos da lei, dos estatutos e do mandato que nos conferiram vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais apresentadas pelo Conselho de Administração da OLI — Sistemas Sanitários, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

Relatório

1. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa tendo recebido todo o apoio da Administração da Empresa, recebendo todos os esclarecimentos que solicitámos.
2. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - a. As Demonstrações Financeiras individuais foram preparadas tendo por base uma contabilidade organizada de acordo com as disposições legais em vigor no nosso país.
 - b. As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados às circunstâncias, estão de acordo com as normas contabilísticas em vigor no nosso país e estão explicitados no Anexo.
 - c. O Relatório de Gestão, preparado de acordo com o Código das Sociedades Comerciais e outra legislação aplicável, é suficientemente esclarecedor, evidenciando os aspetos mais significativos.
 - d. A proposta de aplicação dos resultados encontra-se devidamente fundamentada.
3. Os termos da Certificação Legal das Contas e do Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foram ponderados e, merecendo a nossa concordância, são assumidos como parte integrante do presente relatório.

Parecer

4. Face do exposto no Relatório, tendo em atenção que a contabilidade, as demonstrações financeiras individuais e o relatório da Administração, juntamente com a Certificação Legal das Contas não modificada e o Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria satisfazem as disposições legais e estatutárias, traduzindo a posição financeira e os resultados obtidos pela empresa no exercício, e não tendo tomado conhecimento de qualquer violação da lei e dos estatutos somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade:

-
- a. Aprove o Relatório de Gestão, bem como as Demonstrações Financeiras individuais, apresentados pelo Conselho de Administração, respeitantes ao exercício de 2018;
 - b. Aprove a proposta de aplicação dos resultados contida naquele Relatório;
 - c. Proceda à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade.

Aveiro, 18 de Maio de 2019

O Conselho Fiscal

João Paulo Araújo Oliveira - Presidente

Carlos Manuel Tavares Breda -Vogal

José António Marques Pereira - Vogal

VI. Certificação Legal de Contas – Contas Individuais

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATORIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **OLI – SISTEMAS SANITÁRIOS, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018, (que evidencia um total de 67.183.056 euros e um total de capital próprio de 37.745.290 euros, incluindo um resultado líquido de 4.308.599 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **OLI – SISTEMAS SANITÁRIOS, S.A.** em 31 Dezembro 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Aveiro, 16 de Maio de 2019



Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda., representada por
António Rodrigues Neto (ROC inscrito na OROC sob o n.º 857 e na CMVM sob o n.º 20160480)

VII. Relatório do Conselho de Administração – Contas Consolidadas

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias apresentamos e submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício de 2018.

O perímetro de consolidação da OLI - Sistemas Sanitários, SA, em 2018, inclui as seguintes entidades:

- OLI - Sistemas Sanitários, SA. (Sociedade Mãe);
- OLI, SRL., detida em 99,0%;
- OLI Rus OOO, detida a 100%;
- OLI Sanitärssysteme, GmbH, detida a 100%
- OLI Moldes, Lda., detida em 83,0%;
- Soplasmor - Sociedade Plásticos do Norte, SA., detida em 100%.

A OLI, SRL., com sede em Casto, Província de Brescia (Itália), mantém a sua atividade distribuidora em Itália dos produtos industriais da sociedade-mãe, complementando esta atividade com uma interessante atividade de reexportação (e de divulgação) dos produtos da sociedade-mãe em mercados com maior afinidade com Itália, fazendo ainda a articulação de parcerias comerciais com alguns importantes grupos do sector, com centros de decisão em Itália (ou de relacionamento privilegiado nesse mercado). Mantém uma pequena atividade de produção de peças por injeção para terceiros, melhorando assim a utilização dos equipamentos, das competências industriais e potenciando o volume de negócios.

A OLI RUS, com sede em Moscovo (Rússia), criada com intuítos meramente comerciais (distribuição no mercado russo dos produtos da empresa mãe), acabou (como era desejo inicial, note-se) por se transformar numa empresa comercial e industrial. Assim, por um lado importa e distribui na Rússia os produtos industriais da casa mãe, por outro lado produz localmente componentes que fornece à indústria cerâmica local, pretendendo afirmar-se como um ator importante neste sector, ao produzir localmente produtos com características técnicas equivalentes às da empresa mãe, posicionando-se acima dos produtores locais, seja em qualidade, seja em serviço e, obviamente, em preço. Complementarmente, já em 2018 a OLI RUS investiu na área de produção de autoclismos interiores com estrutura metálica, área com maior valor acrescentado na oferta de produtos da empresa.



A OLI Sanitärssysteme, com sede em Möckmühl (Alemanha), criada com vista a desenvolver no mercado germânico a distribuição dos nossos produtos, permitindo uma presença mais próxima junto de potenciais clientes e um desenvolvimento da notoriedade da nossa marca e da nossa presença neste importante mercado europeu. Ao longo de 2018 consolidou vários contratos com distribuidores locais e tem vindo a registar um crescimento contínuo da sua atividade, incluindo a exportação para mercados mais próximos.

A OLI Moldes, Lda., com sede em Aveiro, que produz moldes para a injeção de plástico, trabalha essencialmente para a sociedade-mãe, continuando a desempenhar um papel estrategicamente importante, seja pela capacidade de projetar e produzir moldes adaptados às especificidades da nossa indústria, dos nossos clientes e dos mercados, seja em assegurar a normal e atempada manutenção dos moldes da sociedade-mãe.

A Soplasmor, com sede em Matosinhos, está em fase de liquidação de todos os seus ativos e passivos.

No que diz respeito ao volume de negócios consolidado verificou-se um aumento de 5.2%, tendo atingido o valor total de € 67 181 648. Para este aumento contribuíram essencialmente as OLI - Sistemas Sanitários, a OLI, SRL., a OLI Rus, a OLI Sanitärssysteme e a OLI Moldes.

Em termos de desempenho económico e financeiro, os dados consolidados refletem a seguinte evolução:

- O resultado líquido consolidado apresentou uma ligeira descida de 1.2%, cifrando-se em € 3 798 552.
- O Cash-Flow aumentou ligeiramente 1.6% cifrando-se em € 8 885 991.
- Ao nível do EBITDA consolidado verifica-se um aumento de 4.2%, atingindo os € 9 735 049, equivalente a 14.5% do volume de negócios.
- O endividamento bancário líquido consolidado registou um aumento de € 485 514, cifrando-se nos em € 16 019 491.
- A autonomia financeira consolidada foi de 50.6%.

Em termos de estratégia de grupo, continuamos a desenvolver a nossa atividade procurando fortalecer as empresas que sustentam a base do negócio, a saber:

- As subsidiárias, italiana e alemã, desempenharão um papel importante como veículo de distribuição dos produtos da sociedade-mãe nos mercados respetivos.
- A subsidiária russa, como unidade industrial complementar à sociedade-mãe, tendo por objetivo o abastecimento dos mercados do leste europeu, em termos económicos mais competitivos.

- A OLI Moldes, como instrumento importante para fornecer moldes à sociedade-mãe, em condições técnicas e de oportunidade excelentes (a par com a cada vez mais exigente manutenção dos moldes existentes), com um papel cada vez mais importante na prestação e desempenho da sociedade-mãe, dada a complexidade de algumas das parcerias desta com clientes importantes, procurará complementar esta atividade com a produção e venda de moldes para a indústria europeia, de modo a equilibrar o portfólio de clientes e a manter-se competitiva, técnica e economicamente.
- A OLI - Sistemas Sanitários, SA, sociedade-mãe, que se deve afirmar como núcleo central e motor do pequeno grupo de empresas que a integram.

O relatório da sociedade-mãe foi elaborado de modo a refletir, de forma adequada, a estratégia de atuação de grupo, tendo em conta a proximidade e afinidade de objetivos estratégicos existentes entre as várias sociedades. A fim de evitarmos repetições desnecessárias e fastidiosas, consideramos aquele relatório como parte integrante deste e aqui implicitamente reproduzido.

Passamos a fazer uma análise sucinta, para cada uma das empresas procurando indicar, os aspetos mais significativos no que respeita à estratégia de grupo:

OLI - Sistemas Sanitários

Os vários documentos que antecedem este relatório são elucidativos relativamente ao peso e posicionamento desta empresa como núcleo do grupo. Como acabamos de referir, esta empresa afirma-se cada vez mais, como núcleo e motor das demais empresas do grupo (agora mais concentrado e coeso).

É forte determinação da Administração reforçar, por vários meios, a competitividade da empresa, melhorando as quotas de mercado nos vários mercados em que está presente, olhando ainda com atenção para as geografias mais distantes, mas onde há oportunidades de negócio e a possibilidade de estabelecer novas parcerias.

Cientes de que a diferenciação e a notoriedade se conseguem pela inovação e qualidade dos produtos, a OLI tem privilegiado projetos de ID com impacto direto na sua atividade, estabelecendo uma cooperação estratégica com as melhores redes de conhecimento em áreas científicas e tecnológicas de relevo para a sua atuação no setor, ciente de que esta partilha de conhecimento é fundamental para viabilizar e potenciar novas e singulares oportunidades de criação de valor. Refira-se as parcerias com organizações integrantes do Sistema Científico e Tecnológico nomeadamente com Universidades, bem como com associações para a promoção da ID e também alguns fornecedores e clientes. O registo da propriedade

intelectual produzida continua a ser um desígnio de natureza estratégica que nos permite ser uma referência no sector.

OLI, Srl

Como foi referido esta empresa é, sobretudo, a filial comercial italiana da sociedade-mãe, distribuindo em Itália os produtos da OLI - Sistemas Sanitários. Complementa, porém, esta atividade com a distribuição (reexportação ou “representação”) em alguns mercados, por razões de maior afinidade com esses mercados daqueles produtos. Esta estratégia tem-se mostrado acertada, na medida em que permite otimizar o potencial de vendas da sociedade-mãe com uma complementaridade que potencia a rentabilidade das duas empresas.

De destacar também a crescente atividade industrial que esta participada tem vindo a desenvolver, nomeadamente no desenvolvimento de soluções para OEMs existentes no mercado italiano.

As vendas desta sociedade apresentaram um aumento de 4.1%, atingindo o valor de € 16 771 463. Em termos de resultados líquidos houve um aumento de 15.1% em relação a 2017. O resultado líquido foi de € 1 199 190.

OLI Rus

A empresa continua a desenvolver o seu plano de negócios e a crescer tanto na vertente comercial como industrial, consolidou em 2018 a produção local de componentes para a indústria cerâmica e a produção de autoclismos interiores com estrutura.

Atingiu em 2018 um volume de negócios equivalente a € 1 794 405 e um resultado líquido de € 94 239.

OLI Sanitärssysteme

A empresa está ainda em fase de afirmação comercial no exigente mercado alemão. O ano de 2018 foi de consolidação dos contratos com distribuidores e agentes locais.

As vendas atingiram os € 412 771 e o resultado líquido foi negativo no montante de € -421 599, melhorando ligeiramente face a 2017.

OLI Moldes

Esta empresa continua a trabalhar em grande medida para a sociedade-mãe, embora tenha planos de expansão com vista a aumentar a sua atividade nos próximos anos. Em 2018 a empresa iniciou a

utilização de um novo espaço fabril e dotou-se de equipamento de última geração, dotando a empresa de uma infraestrutura que lhe permitirá fazer face aos desafios estratégicos futuros.

O volume de negócios em 2018 foi de € 2 447 350 e o resultado líquido foi de € 25 242.

Soplasnor

A empresa está em liquidação e a dissolução ocorrerá em 2019. O resultado líquido negativo da Soplasnor ascendeu a € -670.

Estratégias futuras

OLI - Sistemas Sanitários

Reafirmamos apenas a determinação em diversificar mercados e otimizar as vendas por via de um reforço da marca OLI e de uma melhor segmentação de mercados, seja em termos geográficos, seja em termos de tipologia de clientes.

Subsidiárias OLI (Alemanha, Itália e Rússia)

Serão privilegiados instrumentos para o desenvolvimento da estratégia do grupo OLI procurando potenciar a qualidade, inovação e notoriedade dos seus produtos, nos mercados respetivos. Investiremos nesta via para potenciar e consolidar as nossas posições comerciais nos mercados que estas abrangem.

No caso particular da OLI Rus daremos particular ênfase à vertente industrial, que esperamos venha, a prazo, a afirmar-se como uma unidade complementar da empresa mãe, alargando a gama de produtos fabricados e aumentando a sua área de ação aos mercados daquela região.

OLI Moldes

A OLI Moldes deve continuar o trabalho dos últimos anos no sentido de melhorar a capacidade técnica e aliar a essa maior capacidade técnica uma maior velocidade de projeto e execução de moldes, seja para melhor servir a sociedade-mãe, seja para melhorar a competitividade (não só em preço, mas sobretudo em prazo). Como referido, com o investimento numa nova unidade industrial e o potenciamento da capacidade de produção, a empresa deverá procurar novos clientes e novos mercados, seja no grupo Silmar que integra via OLI - Sistemas Sanitários, seja fora do grupo.

Soplasnor

Tal como referido a empresa será dissolvida em 2019.

Conclusão

A terminar queremos reafirmar a nossa determinação em potenciar o valor da empresa, seja pela via do aumento da faturação e presença nos mercados, seja pela via da eficiência e rentabilidade, seja ainda pela via da constante procura de novas soluções que potenciem o conforto dos utilizadores dos nossos produtos, seja pela via da perseguição dos desígnios de sustentabilidade ambiental, quer por via do uso dos nossos produtos, quer por via da otimização dos nossos processos de fabrico.

Procuraremos que as empresas do grupo funcionem numa lógica de integração e complementaridade, fieis aos princípios e desígnios da sociedade mãe, contribuindo para a realização dos objetivos comuns.

Aveiro, 29 de Março de 2019

O Conselho de Administração,

António Manuel Moura de Oliveira

Rui Alberto Moura de Oliveira

Graça Maria Moura de Oliveira

Pier Andreino Niboli

Federica Niboli

VIII. Demonstrações financeiras consolidadas

Balanço Consolidado em 31.12.2018 e 31.12.2017

EUR

Rubricas	Notas	Períodos	
		31.12.2018	31.12.2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7;9;11	37 780 866	34 797 634
Propriedades de investimento	12	5 376 764	5 664 636
Ativos intangíveis	6	245 786	415 295
Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial	5;14;15		707
Outros investimentos financeiros	14	35 186	33 358
Ativos por impostos diferidos	22	456 959	459 424
		43 895 560	41 371 055
Ativo corrente			
Inventários	16	9 611 507	9 212 494
Clientes	24	13 374 136	15 570 656
Estado e outros entes públicos	24	1 081 243	1 047 978
Outros créditos a receber	24	1 070 309	801 759
Diferimentos	24	342 483	202 208
Ativos não correntes detidos para venda	8	270 593	92 238
Caixa e depósitos bancários	4	3 987 094	1 968 399
		29 737 364	28 895 732
Total do Ativo		73 632 925	70 266 786
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital subscrito	24	10 000 000	10 000 000
Outros instrumentos de capital próprio	24	4 653	4 653
Reservas legais	24	2 000 000	2 000 000
Outras reservas	23;24	6 351 379	5 132 649
Resultados transitados	24	6 834 818	5 437 370
Excedentes de revalorização	7;24	7 618 370	7 614 657
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	24	125 707	143 210
Resultado líquido consolidado do período	24	3 782 269	3 769 184
Interesses que não controlam	24	523 160	521 083
Total do Capital Próprio		37 240 356	34 622 806
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	18	252 797	246 533
Financiamentos obtidos	9;10	9 487 572	9 445 650
Passivos por impostos diferidos	22	1 436 411	1 613 040
Outras dívidas a pagar	5		300 000
		11 176 781	11 605 223
Passivo corrente			
Fornecedores	24	8 896 368	10 030 775
Adiantamentos de clientes	24	110 531	156 897
Estado e outros entes públicos	24	791 248	759 234
Financiamentos obtidos	9;10	10 519 013	8 056 726
Outras dívidas a pagar	24	4 746 945	4 857 863
Diferimentos	24	151 684	177 263
		25 215 788	24 038 757
Total do Passivo		36 392 569	35 643 980
Total do Capital Próprio e do Passivo		73 632 925	70 266 786

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Demonstração consolidada dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2018 e 31.12.2017

EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	17;30	67 181 648	63 856 539
Subsídios à exploração	19	238 655	123 760
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	13		74
Variação nos inventários da produção	16	974 036	626 092
Trabalhos para a própria entidade		835 358	981 543
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	-28 558 174	-26 594 200
Fornecimentos e serviços externos	25	-14 896 760	-14 029 143
Gastos com pessoal	5;26	-16 109 071	-15 610 010
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	16	-4 715	-269 053
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	24	39 304	-134 391
Provisões (aumentos/reduções)	18	-12 316	-30 683
Aumentos/reduções de justo valor	13	28	
Outros rendimentos	17;20;27	1 560 016	2 119 231
Outros gastos	20;28	-1 512 958	-1 683 769
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9 735 049	9 355 989
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7;9;12	-5 031 105	-4 457 165
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			-13 044
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 703 945	4 885 780
Juros e rendimentos similares obtidos			4
Juros e gastos similares suportados	29	-312 064	-326 763
Resultado antes de impostos		4 391 881	4 559 021
Imposto sobre rendimento do período	22	-593 329	-714 275
Resultado líquido do período		3 798 552	3 844 746
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		3 782 269	3 769 184
Interesses que não controlam		16 283	75 561
		3 798 552	3 844 746
Resultado por ação básico		7.60	7.69

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Demonstração consolidada Fluxos de Caixa período findo em 31.12.2018 e 31.12.2017

EUR

Rubricas	Períodos	
	2018	2017
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo</u>		
Recebimentos de clientes	74 845 709	70 058 963
Pagamentos a fornecedores	-47 583 971	-45 301 574
Pagamentos ao pessoal	-14 651 197	-14 007 755
Caixa gerada pelas operações	12 610 541	10 749 634
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-630 246	-956 637
Outros recebimentos/pagamentos	-5 744 856	-2 535 918
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	6 235 439	7 257 079
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-5 981 234	-5 588 884
Ativos intangíveis	-121 936	-100 176
Investimentos financeiros	-887	-562 562
Outros Ativos	-432 746	-13 013
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	140 535	96 280
Investimentos financeiros	17 564	523 904
Outros Ativos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	1 645	1 167
Fluxos de caixa das actividades investimento (2)	-6 377 060	-5 643 283
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	6 858 501	3 322 520
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-3 596 825	-3 720 566
Juros e gastos similares	-295 772	-330 720
Dividendos	-782 080	-752 250
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	2 183 824	-1 481 016
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	2 042 203	132 780
Efeito das diferenças de câmbio	-23 509	-8 532
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 968 399	1 844 150
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 987 094	1 968 399

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período 2018

EUR

DESCRIÇÃO	N O T A S	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ou tras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	10 000 000	4 653	2 000 000	5 132 649	5 437 370	7 614 657	143 210	3 769 184	34 101 723	521 083	34 622 806
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Realização do excedente de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis							-175 173			-175 173		-175 173
Excedentes de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						175 311	1 736			177 048		177 048
Ajustamentos por impostos diferidos							-19 239		-3 769 184	-388 671	-14 206	-402 877
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					1 218 730	2 177 448	3 574					
	2				1 218 730	2 177 448	3 713	-17 503	-3 769 184	-386 796	-14 206	-401 002
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								3 782 269	3 782 269	16 283	3 798 552
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3								3 782 269	3 782 269	2 077	3 397 549
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital												
Realizações de prêmios de emissão												
Distribuições						-780 000				-780 000		-780 000
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
	5					-780 000				-780 000		-780 000
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	1+2+3+5	10 000 000	4 653	2 000 000	6 351 379	6 834 818	7 618 370	125 707	3 782 269	36 717 195	523 160	37 240 356
								0.00				

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período 2017

EUR

DESCRIÇÃO	N O T A S	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ou tras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	10 000 000	4 653	2 000 000	3 138 457	-425 566	6 587 092	5 467 852	3 274 971	30 047 458	435 524	30 482 982
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Realização do excedente de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							1 336 552			1 336 552		1 336 552
Ajustamentos por impostos diferidos							-81 134			-81 134		-81 134
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					1 994 191	6 612 937	-227 852	-5 324 642	-3 274 971	-220 337	9 998	-210 339
	7				1 994 191	6 612 937	1 027 566	-5 324 642	-3 274 971	1 035 081	9 998	1 045 079
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								3 769 184	3 769 184	75 561	3 844 746
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8								3 769 184	3 769 184	85 559	4 889 824
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital												
Realizações de prêmios de emissão												
Distribuições						-750 000				-750 000		-750 000
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
	10					-750 000				-750 000		-750 000
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	6+7+8+10	10 000 000	4 653	2 000 000	5 132 649	5 437 370	7 614 657	143 210	3 769 184	34 101 723	521 083	34 622 806

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

IX. Anexo às Demonstrações financeiras consolidadas

1. Informação relativa às empresas incluídas na consolidação

1.1. Empresas incluídas na consolidação

Foram incluídas na consolidação, a empresa-mãe e todas as suas subsidiárias, que se indicam de seguida:

Firma/ Sede Social	Capital Detido	Capital Social
Oli, Srl Località Piani di Mura 25070 Casto (BS) – Itália	99,0%	1 000 000
OLI Moldes, Lda Bairro Nossa Senhoras das Necessidades, Esgueira - Aveiro	83,0%	500 000
Soplasnor - Sociedade de Plásticos do Norte, SA Rua das Poças, Lavra - Matosinhos	100.00%	6 800 000
Oli Sanitarsysteme GMBH Bittelbronner Strabe 42-46, 74219 Mockmuhl - Alemanha	100.00%	25 000
Oli Rus OOO Str Promyshlennaya 11, 142191 - Troitsk, Moscovo - Russia	100.00%	1 479 286

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Referencial contabilístico adotado e bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/20109 de 13 de Julho, com as alterações introduzidas pela Lei 20/2010, de 23 de Agosto e o Decreto-Lei n.º98/2015 de 2 de Junho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) consignadas respetivamente nos avisos n.ºs 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015 de 29 de Julho, constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC). A comissão de normalização contabilística regulamentou os investimentos em subsidiárias e consolidação emitindo a NCRF 15 – Investimentos em subsidiárias e consolidação, a qual tem por base a IAS 27 – *Consolidated and separate financial statements*.

A consolidação das empresas subsidiárias referidas na nota 1, efetuou-se pelo método consolidação integral. As transações e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de

consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no Balanço consolidado na rubrica Interesses que não controlam.

Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (nota 1), mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2018 são, essencialmente, comparáveis com os utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

ATIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis, apenas são reconhecidos, se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas, sempre que, a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento, iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado, venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios, são registadas como gastos do exercício em que são suportadas. As despesas de investigação, são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método linear, em conformidade com o período de vida útil estimado.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos, pela empresa mãe, até 1 de Janeiro de 2010 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado, de

acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Após aquela data, os ativos fixos tangíveis adquiridos, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os edifícios e os terrenos na maior parte das empresas, com sede em Portugal, incluídas na consolidação, foram revalorizados em 2011 por uma entidade externa, denominada L2I – Investimentos Imobiliários, Lda e em 2017, pela entidade externa, denominada CC Morais – Avaliação Imobiliária, Lda.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, para cada grupo de bens.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate e são registadas na Demonstração dos resultados consolidada nas rubricas de Outros rendimentos ou Outros gastos.

ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (NCRF 8)

Na nossa subsidiária Soplasnor – Sociedade de Plásticos do Norte, SA, os ativos não correntes detidos para venda, são os bens de equipamento básico e de equipamento administrativo.

Na empresa mãe os ativos não correntes detidos para venda são moldes que foram classificados como tal, uma vez que não estão a ser recuperados pelo uso continuado, mas sim através da alienação. Os ativos estão disponíveis para venda imediata nas suas condições atuais, estando a administração empenhada na sua alienação e tendo realizado várias diligências para a sua venda num curto prazo de tempo.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são registados pelo mais baixo entre o seu valor de balanço e o justo valor dos mesmos, deduzido dos gastos expectáveis com a sua venda.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa a que o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na Demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

LOCAÇÕES (NCRF 9)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e, como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos

fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados consolidada do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados consolidada numa base linear durante o período do contrato de locação.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)

Os juros de empréstimos obtidos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. O Grupo considera que um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados.

A taxa de capitalização utilizada no exercício de 2018 foi de 1,90%. A política de capitalização do Grupo resume-se da seguinte forma:

- A capitalização de gastos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram suportados juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda;
- A capitalização é terminada quando todas as actividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas;

Por uma questão prática apenas são capitalizados juros nos ativos que demorem no mínimo 9 meses a construir e que atinjam um valor superior a 100 000 euros.

- Outras despesas directamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os gastos com matérias consumidas e gastos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (NCRF 11)

As propriedades de investimento são valorizadas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos suportados com as propriedades de investimento, como por exemplo, manutenção, reparação, seguros, são reconhecidos como gastos do período a que dizem respeito. Caso existam melhorias, em

que haja expectativas que gerem benefícios económicos futuros para além dos inicialmente esperados, são capitalizados na rubrica de Propriedades de investimento.

Periodicamente é determinado o justo valor das propriedades de investimento, sendo refletida esta avaliação na mensuração dos ativos.

No que respeita à divulgação do justo valor das propriedades de investimento, tendo em consideração por um lado que foram reavaliadas recentemente e por outro as atuais condições do mercado imobiliário, fruto da atual conjuntura económica, consideramos que o valor pelas quais as mesmas se encontram registadas na contabilidade corresponde ao justo valor.

IMPARIDADE DE ATIVOS (NCRF 12)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados consolidada na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados consolidada, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

À data do Balanço foi avaliada a imparidade dos inventários, dos clientes e dos outros devedores. Constatou-se que existia evidência objetiva de imparidade nos inventários e nos outros devedores. No caso específico dos clientes da OLI - Sistemas Sanitários, S.A, neste exercício houve uma reversão de imparidade constituída anteriormente, pelos processos judiciais e pela antiguidade. Por este fato, foram reconhecidas, imparidades de outros devedores, de inventários, e imparidades de clientes, na Demonstração dos resultados consolidada.

Relativamente à Soplasmor, houve um reforço da imparidade no montante de € 1 500, relacionado com um empréstimo efetuado, no presente exercício, a esta participada naquele montante, pela empresa mãe.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15)

Nas contas individuais, as participações financeiras são inicialmente reconhecidas ao custo e posteriormente ajustadas pelo Método de Equivalência Patrimonial. A consolidação é pelo Método Integral, porque as participações e o controlo nas subsidiárias assim o exigem.

Na empresa-mãe, os ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição são contabilizados em ganhos ou perdas por contrapartida do valor do investimento financeiro, sendo após a data do balanço transferido para reservas sempre que não é distribuído. Este ano haverá distribuição de dividendos por parte da subsidiária OLI SRL e por isso o valor a transferir para reservas será menor.

Quando a participação pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, for uma perda e igualar ou ultrapassar o investimento na associada, a empresa-mãe deixa de reconhecer perdas adicionais, exceto se tiver assumido obrigações em nome da associada.

Os ganhos não realizados em ativos constantes do Balanço transaccionados entre empresas do grupo, as transações intra grupo e os saldos finais das partes relacionadas são eliminados na consolidação.

As políticas contabilísticas das associadas, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

No final do ano são efetuados testes de imparidade para as empresas participadas. Os testes são realizados no sentido de avaliar a recuperabilidade do investimento, considerando o desempenho histórico, bem como as expectativas de desenvolvimento do negócio. As avaliações têm por base projeções de cash flow baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração e que são descontados à taxa do custo de capital e os fluxos de caixa são extrapolados utilizando as taxas de crescimento estimadas com base nas expectativas de desenvolvimento do negócio

INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.

- Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao mais baixo entre o custo de produção e o valor realizável líquido. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico.

A saída é custeada pelo método do custo básico padrão.

Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização, é registada uma perda por imparidade para depreciação de inventários.

RÉDITO (NCRF 20)

O Grupo reconhece rédito sempre que possa ser razoavelmente mensurável e seja provável que obtenha benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. O Grupo baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela venda e pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal do Grupo. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando são satisfeitas todas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, quando são satisfeitas todas as seguintes condições:

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade;
- A fase de acabamento à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para a concluir possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

O Grupo constituiu provisões para garantias a clientes, dado que os seus produtos têm um prazo de reclamação em garantia, logo há uma obrigação presente resultante de um evento passado e, é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos. O montante da obrigação foi calculado com base no histórico dos últimos três exercícios.

Adicionalmente, o Grupo constituiu uma provisão para precaver um eventual desfecho negativo em processos judiciais que tem em curso.

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios à exploração nomeadamente os subsídios do sistema de apoio à investigação e desenvolvimento tecnológico e o programa de estágio e emprego, são reconhecidos na Demonstração dos resultados consolidada na parte proporcional dos gastos suportados, satisfazendo o princípio da especialização dos exercícios.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis são registados no Capital Próprio e reconhecidos na Demonstração dos resultados consolidada, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados durante a vida útil dos mesmos.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os rendimentos e gastos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício.

As cotações utilizadas na conversão para euros das subsidiárias foram:

Moeda	2018		2017	
	Taxa de fecho	Taxa média	Taxa de fecho	Taxa média
RUB - Rublo Russo	79.7153	74.0416	69.392	65.9383

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor nessa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos resultados consolidada no exercício a que dizem respeito.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros de demonstrações financeiras de entidades participadas denominadas em moeda estrangeira são incluídas no capital próprio, na rubrica Outras variações no capital próprio.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

O grupo encontra-se sujeito a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) ou equivalente, no apuramento da matéria coletável, são adicionados e deduzidos ao resultado contabilístico os montantes

não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

O Grupo procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor. O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor e, são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

MATÉRIAS AMBIENTIAIS (NCRF 26)

A atividade desenvolvida pela empresa mãe pode causar eventuais danos ambientais pelo que, ao abrigo do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho, a empresa tem de constituir obrigatoriamente uma ou mais garantias financeiras próprias e autónomas, alternativas ou complementares entre si, que lhe permita assumir a responsabilidade de danos por si provocados. A sociedade optou por cumprir tal disposto normativo através de uma afetação de uma reserva indisponível em capital próprio.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes e Outros créditos a receber - as dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas inicialmente pelo seu justo valor e subsequentemente pelo seu valor nominal, que corresponde ao

custo, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial. No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outros créditos a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

- Fornecedores e Outras dívidas a pagar - as dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas inicialmente pelo seu justo valor e subsequentemente pelo seu valor nominal, que corresponde ao custo, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Empréstimos - os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.
- Transações e saldos em moeda estrangeira - as transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados em moeda estrangeira, registados ao justo valor, são atualizadas nas datas de relato, às taxas de câmbio das datas em que os respectivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas. As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na Demonstração dos resultados consolidada do período em que são geradas.
- Periodizações - as transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outros créditos a receber e Outras dívidas a pagar e Diferimentos.
- Caixa e Depósitos bancários - os montantes incluídos na rubrica Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço consolidado, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.
- Instrumentos financeiros detidos para negociação - os ativos financeiros e passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem principalmente adquiridos ou assumidos com a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito próximo, ou se fizerem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam geridos em conjunto e para os quais exista evidência de terem sido recentemente proporcionados lucros reais. Estes ativos e passivos são valorizados ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

O Grupo atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social e participações nos lucros. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.
- Benefícios de cessação de emprego: o Grupo reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por terminado o prazo de caducidade do contrato de trabalho a termo ou por acordo de rescisão.

3.2. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir das mesmas.

4. Fluxos de caixa

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é a seguinte:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

EUR

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	18 358	134 282	138 435	14 205
Depósitos à ordem	1 950 041	137 639 049	135 878 210	3 710 880
Total de caixa e depósitos bancários	1 968 399	138 036 166	136 017 471	3 987 094

5. Investimentos em subsidiárias e consolidação

5.1. Movimentos significativos em subsidiárias

LISTAGEM DOS INVESTIMENTOS SIGNIFICATIVOS EM SUBSIDIÁRIAS

EUR

Descrição		Período 2018				
		País de constituição / sede social	Interesse nas investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos
			Percentagem de interesse detido	Percentagem nos direitos de voto		
Subsidiárias	OLI Moldes LDA	Portugal	83.00%	83.0%	MEP	2 121 156
	Soplasnor-Soc. Plásticos do Norte, SA	Portugal	100.00%	100.0%	A)	
	OLI SRL	Itália	99.0%	99.0%	MEP	8 781 956
	OLI Sanitarsysteme GMBH	Alemanha	100.0%	100.0%	B)	
	OLI Rus OOO	Rússia	100.0%	100.0%	MEP	768 283
Total						11 671 395

LISTAGEM DOS INVESTIMENTOS SIGNIFICATIVOS EM SUBSIDIÁRIAS

EUR

Descrição		Período 2017				
		País de constituição / sede social	Interesse nas investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos
			Percentagem de interesse detido	Percentagem nos direitos de voto		
Subsidiárias	OLI Moldes LDA	Portugal	83.00%	83.0%	MEP	2 100 205
	Soplasnor-Soc. Plásticos do Norte, SA	Portugal	100.00%	100.0%	A)	
	OLI SRL	Itália	99.0%	99.0%	MEP	7 788 475
	OLI Sanitarsysteme GMBH	Alemanha	100.0%	100.0%	MEP	132 475
	OLI Rus OOO	Rússia	100.0%	100.0%	MEP	949 271
Total						10 970 427

Legenda: MEP - Método de Equivalência Patrimonial;

A) Deixou de se aplicar o MEP na Soplasnor

B) Em 2018 na OLI Sanitarsysteme deixou de se aplicar o MEP, conforme previsão da NCRF.

5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

REMUNERAÇÕES AOS ÓRGÃOS SOCIAIS

EUR

Descrição	Período 2018	Período 2017
Conselho de Administração - OLI Sistemas Sanitários S.A.	584 384	564 714
Gerência - OLI Moldes Lda	87 760	108 192
Gerência - OLI SRL	209 200	231 700

6. Divulgação Ativos Intangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO DE 2018 EM ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

EUR

	Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total
	Com vida útil finita:						
4	Quantia bruta escriturada inicial	59 840	877 217	33 609	428 997	15 000	1 414 663
5	Amortizações acumuladas iniciais	51 529	527 741	33 609	386 490		999 369
7	Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	8 311	349 476		42 507	15 000	415 295
8	Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	-8 311	-118 691		-42 507		-169 509
8.1	Total das adições		125 926				125 926
Adições	Aquisições		117 051				117 051
	Outras		8 875				8 875
8.2	Total das diminuições	8 311	244 616				252 928
Diminuições	Amortizações	8 311	244 616				252 928
	9	Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)		230 786		0	15 000
	Vida útil	3	3	3	3		

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO DE 2017 EM ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

EUR

	Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total
	Com vida útil finita:						
4	Quantia bruta escriturada inicial	59 840	784 541	33 609	428 997	73 035	1 380 022
5	Amortizações acumuladas iniciais	31 582	246 532	33 609	384 916		696 639
7	Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	28 258	538 010		44 082	73 035	683 383
8	Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	-19 947	-188 533		-1 574	-58 035	-268 089
8.1	Total das adições		92 676			7 100	99 776
Adições	Aquisições		92 166			7 100	99 266
	Outras		510				510
8.2	Total das diminuições	19 947	281 209		1 574	65 135	367 865
Diminuições	Amortizações	19 947	280 699		1 574		302 220
	Outras		510			65 135	65 645
9	Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	8 311	349 476		42 507	15 000	415 295
	Vida útil	3	3	3	3		

7. Ativos fixos tangíveis

7.1 Divulgação Ativos fixos tangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2018 EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	5 891 101	23 448 800	43 885 227	1 795 271	1 974 089	1 415 397	5 280 684	13 100	83 703 669
2	Depreciações acumuladas iniciais		11 159 835	33 297 099	1 276 299	1 773 657	1 399 146			48 906 035
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	5 891 101	12 288 965	10 588 128	518 973	200 432	16 251	5 280 684	13 100	34 797 634
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	531 486	2 193 531	1 038 445	21 594	201 036	-5 195	-1 016 132	18 466	2 983 232
5.1	Total das adições	483 979	32 190	735 424	289 083	268 856	9 205	6 822 933	31 566	8 673 235
Adições	Aquisições em 1.ª mão	483 979	32 190	735 424	289 083	268 856	9 205	6 822 933	31 566	8 673 235
5.2	Total das diminuições		1 585 340	3 192 081	269 349	140 875	6 808			5 194 453
Diminuições	Depreciações		1 533 902	3 071 264	251 978	137 814	3 757			4 998 714
	Alienações			58 707	17 371	1 118	3 051			80 246
	Outras			4 650						4 650
5.4	Transferências de AFT em curso	5 000	3 760 755	3 472 404	1 860	73 056		-7 831 004		-517 931
5.6	Outras transferências	-42 507	-14 074	22 699			-7 592	-8 061	-13 100	22 380
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	6 422 587	14 482 496	11 626 573	540 567	401 468	11 056	4 264 552	31 566	37 780 866
	Vida útil		3;10;20;50	1;3;4;6;8;10	4;6	3;5;6;7;8;10	3;4			

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2017 EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	7 448 443	19 056 653	42 106 634	1 789 903	1 919 137	1 408 017	2 010 426	102 355	75 841 567
2	Depreciações acumuladas iniciais		10 077 052	30 963 872	1 266 028	1 647 875	1 386 350			45 341 178
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	7 448 443	8 979 601	11 142 761	523 875	271 261	21 666	2 010 426	102 355	30 500 389
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	-1 557 343	3 309 364	-554 633	-4 902	-70 829	-5 415	3 270 258	-89 255	4 297 245
5.1	Total das adições	354 640	3 263 302	338 999,89	272 814	66 461	7 891	6 369 130	9 840	10 683 076
Adições	Aquisições em 1.ª mão	354 640	14 768	327 598,98	272 814	66 461	7 381	6 195 827	9 840	7 249 328
	Acréscimo por revalorização		3 248 534							3 248 534
	Outras			11 400,91			510	173 303		185 214
5.2	Total das diminuições	1 911 983	1 093 363	2 621 502	277 716	138 285	13 306	255 513	19 095	6 330 760
Diminuições	Depreciações		1 082 783	2 598 487	155 753	125 285	9 316			3 971 623
	Alienações			23 015	121 963	11 993				156 971
	Decréscimo por revalorização	1 911 983								1 911 983
	Outras		10 580			1 007	3 990	255 513	19 095	290 184
5.4	Transferências de AFT em curso		1 139 425	1 702 939		995		-2 843 359		-80 000
5.6	Outras transferências			24 929						-55 071
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	5 891 101	12 288 965	10 588 128	518 973	200 432	16 251	5 280 684	13 100	34 797 634
	Vida útil		3;10;20;50	2;3;4;5;6;8;10;20	4;6	3;5;6;7;8;10	3;4			

7.2. Divulgação sobre excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2018 NOS EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

EUR

Descrição	Reservas de Reavaliação Legais		Reservas de Reavaliação Livres		Total
	Não realizada	Realizada	Não realizada	Realizada	
Valor do excedente de revalorização no início do período	70 678	91 415	5 482 401	1 970 164	7 614 657
Depreciações	-13 118	13 118	-598 904	598 904	
Outras			3 713		3 713
Valor do excedente de revalorização no fim do período	57 560	104 533	4 887 210	2 569 067	7 618 370

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2017 NOS EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

EUR

Descrição	Reservas de Reavaliação Legais		Reservas de Reavaliação Livres		Total
	Não realizada	Realizada	Não realizada	Realizada	
Valor do excedente de revalorização no início do período	83 796	78 297	4 729 828	1 695 170	6 587 092
Revalorização			1 027 566		1 027 566
Depreciações	-13 119	13 119	-274 993	274 993	
Valor do excedente de revalorização no fim do período	70 678	91 415	5 482 401	1 970 164	7 614 657

7.3. Ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS EM 2018

Bem	Credor	Valor de penhor	Valor do bem	Depreciação	Quantia líquida
Edifício Soplasnor e terrenos adjacentes	BPI	4 500 000	4 839 391	549 284	4 290 107
Moldes e máquinas	BPI	827 750	921 643	601 809	319 835
Edifício OLI SRL	Ubi Banca	2 000 000	1 830 753	293 066	1 537 687
		7 327 750	7 591 787	1 444 158	6 147 628

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS EM 2017

Bem	Credor	Valor de penhor	Valor do bem	Depreciação	Quantia líquida
Edifício Soplasnor e terrenos adjacentes	BPI	4 500 000	4 839 391	375 209	4 464 181
Moldes e máquinas	BPI	827 750	921 643	503 408	418 235
		5 327 750	5 761 034	878 617	4 882 416

8. Ativos não correntes detidos para venda

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Saldo Final
Conjunto de moldes para válvulas de enchimento	14 268			14 268
Conjunto de moldes para válvulas de descarga	7 927			7 927
Conjunto de moldes para sifões de pavimento	2 114			2 114
Conjunto equipamentos adquiridos para venda	950	178 355		179 305
Conjunto de máquinas	52 291			52 291
Conjunto de mobiliário de escritório	14 689			14 689
Total	92 238	178 355		270 593

9. Locações

Os contratos de locação são os seguintes:

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor					Período 2018		Período 2017	
		Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados	
						Começo	Fim			
Ativos	Leasing	Audi A6 - 25OU22	94 000	BPI	CT 146025800	25-06-2014	25-06-2019		9 792	
	Leasing	Audi A3 - 28PR19	39 650	BPI	CT 1530029800	05-04-2015	05-04-2020	2 478	12 391	
	Leasing	Audi A3 - 28PR20	39 650	BPI	CT 1530029900	05-04-2015	05-04-2020	2 478	12 391	
	Leasing	VW Caravelle - 95QL40	42 000	BPI	CT 1561644300	25-10-2015	25-10-2020	7 875	18 375	
	Leasing	VW Passat 13-SG-86	35 300	BPI	CT1660968700	05-01-2017	05-01-2022	17 650	26 475	
	Leasing	VW Golf 59-UP-34	24 990	BPI	CT1860320900	07-05-2018	23-05-2023	20 304		
	Leasing	VW Passat 87-TZ-70	34 990	BPI	CT1762184600	09-01-2018	09-01-2023	26 242		
	Leasing	BMW S5 99-VR-47	47 841	BPI	CT1863210000	07-12-2018	17-12-2023	46 845		
	Subtotais			275 590					123 873	79 423
	Fixos Tangíveis	Leasing	Eq. Informático	50 000	BSTOTTA	CT 203751	15-01-2014	15-01-2019		10 000
Leasing		VW Passat - 83OP83	29 700	BSTOTTA	CT 205173	15-05-2014	15-05-2019		2 475	
Leasing		BMW X1 - 76QO89	38 596	BSTOTTA	CT211612	15-12-2015	15-12-2020	8 845	18 494	
Leasing		BMW 4 - 36QR70	46 500	BSTOTTA	CT211832	15-01-2016	15-01-2021	11 625	23 250	
Leasing		VW Passat - 19RN27	35 300	BSTOTTA	CT214624	15-08-2016	15-08-2021		22 798	
Subtotais			200 096					20 470	77 017	
Leasing	Eq. Informático - ORACLE	160 446	BNP PARIBAS	CT 76186/187	01-10-2015	01-08-2017		26 741		
Subtotais			160 446						26 741	
Totais			636 132					144 343	183 181	
Activos fixos tangíveis	OLI Moldes - Leasing	Audi A4 - 11-OE-11	39 600	BPI LEASING	1460007300	25-01-2014	25-01-2019			
	OLI Moldes - Leasing	Volksw agen Golf - 52-US-01	24 990	BPI LEASING	1861392700	30-05-2018	30-05-2023	20 825		
Subtotais								20 825		
Activos fixos tangíveis	OLI Moldes - Leasing	Eq. Industrial	95 000	BPI LEASING	2015044167	06-11-2015	06-11-2021	57 396	69 271	
	Subtotais							57 396	69 271	
Totais							78 221	69 271		

10. Empréstimos obtidos

10.1. Informação relativa aos empréstimos genéricos

Descrição	31-12-2018			31-12-2017		
	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total
Cartões Crédito	207		207	12 971		12 971
Programa de Papel Comercial	5 400 000		5 400 000	3 350 000		3 350 000
Médio e Longo Prazo	4 010 558	9 318 369	13 328 927	4 073 897	8 295 998	12 369 895
Leasing	101 997	169 203	271 200	116 083	170 374	286 457
Desconto remessas				253 026		253 026
FEDER - Candidatura nº 27024	1 006 251		1 006 251	250 748	979 279	1 230 027
Total	10 519 013	9 487 572	20 006 585	8 056 726	9 445 650	17 502 376

11. Custos de empréstimos obtidos

OLI Sistemas sanitários S.A.

CUSTO EMPRÉSTIMOS OBTIDOS 2018

Descrição	Data início da obra	Montante de juros capitalizados
Ativos fixos tangíveis		25 651
Máquinas de uso específico	06-06-2017	11 623
Máquinas de uso específico	01-02-2018	397
Instalações Industriais	01-09-2017	1 859
Instalações Industriais	07-12-2017	1 134
Instalações Industriais	30-01-2018	1 159
Instalações Industriais	02-02-2017	1 531
Total		25 651

CUSTO EMPRÉSTIMOS OBTIDOS 2017

Descrição	Data início da obra	Montante de juros capitalizados
Ativos fixos tangíveis		8 786
Máquinas de uso específico	16-12-2016	3 412
Instalações Industriais	01-02-2015	3 962
Instalações Industriais	02-02-2017	1 412
Total		8 786

OLI Moldes, Lda

CUSTO EMPRÉSTIMOS OBTIDOS 2018

Identificação do Ativo	Data de Início da Obra	Montante de Juros Capitalizados
Novas Instalações	01-01-2016	8 689

CUSTO EMPRÉSTIMOS OBTIDOS 2017

Identificação do Ativo	Data de Início da Obra	Montante de Juros Capitalizados
Novas Instalações	01-01-2016	64

Pressupostos:

Em curso por um período superior a 9 meses e valor superior a 100.000€

12. Propriedades de investimento

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2018 EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Quantia bruta escriturada inicial	1 719 814	4 882 566	6 602 380
Depreciações acumuladas iniciais		678 324	678 324
Perdas por imparidade acumuladas iniciais		259 420	259 420
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	1 719 814	3 944 822	5 664 636
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)		-287 872	-287 872
Total das adições			
Total das diminuições		287 872	287 872
Depreciações		287 872	287 872
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	1 719 814	3 656 950	5 376 764
Vida útil		3;11;29	

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2017 EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Quantia bruta escriturada inicial	1 719 814	4 505 225	6 225 039
Depreciações acumuladas iniciais		353 854	353 854
Perdas por imparidade acumuladas iniciais		246 377	246 377
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	1 719 814	3 904 995	5 624 808
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)		39 827	39 827
Total das adições		13 013	13 013
Outras		13 013	13 013
Total das diminuições		53 336	53 336
Depreciações		-39 858	-39 858
Perdas por imparidade		93 194	93 194
Reversões de perdas por imparidade		80 150	80 150
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	1 719 814	3 944 822	5 664 636
Vida útil		3;11;29	

OUTRA INFORMAÇÃO

EUR

Descrição	2018	2017	Total
Quantias reconhecidas nos resultados			
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	68 400	153 550	221 950
Gastos operacionais diretos de imóveis que geraram rendimentos	45 840	24 388	70 228
Total	22 560	129 162	151 722

13. Divulgação de informação sobre ganhos relacionados com o justo valor

OLI SRL

QUANTIA ESCRITURADA MOVIMENTO DO PERÍODO COM GANHOS RELACIONADOS COM O JUSTO VALOR NA OLI SRL

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1- 2 + 3)		
Movimentos do período: (5 = 5.1 + 5.2 + 5.3 - 5.4 + 5.5 + 5.6 - 5.7 - 5.8 - 5.9 + 5.10 + 5.11)	28	
Parte do investidor nos resultados da investida	28	
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	28	

14. Participações financeiras

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM 2018

EUR

Descrição	Investimentos em subsidiárias	Total
Método de equivalência patrimonial:		
Quantia bruta escriturada inicial	708	708
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1- 2 + 3)	708	708
Movimentos do período: (5=5.1+5.2+5.3-5.4+5.5+5.6-5.7-5.8-5.9+5.10+5.11+5.12+5.13+5.14)	-708	-708
Outras transferências	-708	-708
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)		
Outros métodos		
Quantia bruta escriturada inicial	33 358	33 358
Quantia líquida escriturada inicial (10 = 7- 8 + 9)	33 358	33 358
Movimentos do período: (11 = 11.1 + 11.2 + 11.3 + 11.4 + 11.5 + 11.6 + 11.7 + 11.8 + 11.9 + 11.10 + 11.11 + 11.12)	1 828	1 828
Outras aquisições	11 121	11 121
Alienações	-10 000	-10 000
Outras transferências	708	708
Quantia líquida escriturada final (12 = 10 + 11)	35 186	35 186

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM 2017

EUR

Descrição	Investimentos em subsidiárias	Total
Método de equivalência patrimonial:		
Quantia bruta escriturada inicial	708	708
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1- 2 + 3)	708	708
Movimentos do período: (5=5.1+5.2+5.3-5.4+5.5+5.6-5.7-5.8-5.9+5.10+5.11+5.12+5.13+5.14)		
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	708	708
Outros métodos		
Quantia bruta escriturada inicial	33 828	33 828
Quantia líquida escriturada inicial (10 = 7- 8 + 9)	33 828	33 828
Movimentos do período: (11 = 11.1 + 11.2 + 11.3 + 11.4 + 11.5 + 11.6 + 11.7 + 11.8 + 11.9 + 11.10 + 11.11 + 11.12)		
Outras aquisições	9 550	9 550
Alienações	-10 020	-10 020
Quantia líquida escriturada final (12 = 10 + 11)	33 358	33 358

15. Investimentos em subsidiárias e consolidação

Firma/Sede Social	% Capital Detido
OLI, SRL Località Piani di Mura 25070 Casto (BS) - Itália	99%
OLI Moldes, LDA Bairro Nossa Senhora das Necessidades, Esgueira - Aveiro	83%
Soplasnor - Soc. Plásticos do Norte, SA Rua das Poças, Lavra - Porto	100%
OLI Sanitarsysteme GMBH Bittelbronner Strabe 42-46, 74219 Mockmuhl - Alemanha	100%
OLI Rus OOO Str Promyshlennaya 11, 142191 - Troitsk, Moscovo - Russia	100%

16. Inventários

Os inventários encontram-se detalhados como se segue:

QUANTIDADE ESCRITURADA

EUR

Descrição	31-12-2018			31-12-2017		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	2 179 526	274 441	1 905 085	2 035 797	215 847	1 819 950
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3 383 122	107 341	3 275 781	3 645 054	102 021	3 543 033
Produtos acabados e intermédios	4 644 945	214 304	4 430 641	4 123 013	273 503	3 849 510
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos						
Total	10 207 594	596 087	9 611 507	9 803 865	591 371	9 212 494

O custo das mercadorias e das matérias consumidas é o seguinte:

APURAMENTO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

EUR

Descrição	31-12-2018			31-12-2017		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	2 021 847	3 617 959	5 639 806	2 040 602	2 948 664	4 989 266
Compras	4 338 068	24 419 795	28 757 862	4 388 283	23 065 034	27 453 316
Reclassificação e regularização de inventários	195 763	16 133	211 896	149 240	-15 944	133 296
Inventários finais	2 210 065	3 417 533	5 627 598	2 114 395	3 600 691	5 715 087
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2+3-4)	3 954 087.01	24 604 087.32	28 558 174	4 165 249	22 428 951	26 594 200
Outra informação relativa a mercadorias, matérias primas, subsidiárias e de consumo:						
Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	274 441	107 341	381 782	215 847	102 021	317 868
Reversão de ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	215 847	102 021	317 868	171 816	186 779	358 595
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários	274 441	107 341	381 782	215 847	102 021	317 868

A variação nos inventários da produção é a seguinte:

EUR

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Inventários finais	4 661 840			4 133 217		
Reclassificação e regularização de inventários	422 976			262 149		
Inventários iniciais	4 110 780			3 769 274		
Variação nos inventários de produção (4=1+2-3)	974 036			626 092		
Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	214 304			273 503		
Reversão de ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	273 503			112 584		
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários	214 304			273 503		

17. Rédito

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

EUR

Descrição	Total	
	2018	2017
Réditos reconhecidos no período:		
Vendas e Serviços Prestados	67 181 648	63 856 539
Vendas de bens	66 372 581	63 815 985
Prestação de serviços	809 066	40 553
Outros rendimentos	17 039	8 036
Juros obtidos	17 039	8 036
Total	67 198 686	63 864 575

18. Provisões do Exercício

EUR

Descrição	2018				2017			
	Garantias a clientes	Processos judiciais em curso	Outras	Total	Garantias a clientes	Processos judiciais em curso	Outras	Total
Quantia escriturada inicial	35 878	104 852	105 804	246 533	35 534	93 661	117 374	246 568
Movimentos do período (2 = 2.1-2.2)	-6 343	13 362	-755	6 264	344	11 191	-11 570	-35
Total de aumentos	29 535	13 362	1	42 898	35 878	11 658		47 536
Reforço	29 535	13 362	1	42 898	35 878	11 658		47 536
Total de diminuições	35 878		756	36 634	35 534	467	11 570	47 571
Uso	18 658		756	19 414	30 339	467	11 570	42 376
Reversão	17 219			17 219	5 195			5 195
Quantia escriturada do exercício (3 = 1 + 2)	29 535	118 214	105 049	252 797	35 878	104 852	105 804	246 533
Quantia escriturada final	29 535	118 214	105 049	252 797	35 878	104 852	105 804	246 533

19. Subsídios do Governo e apoios do governo

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

EUR

DESCRIÇÃO	2018		2018		2017		2017	
	Subsídios do Estado e outros		Subsídios de outras		Subsídios do Estado e		Subsídios de outras	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
Subsídios relacionados com activos/ao investimento: (1 = 1.1 + 1.2 + 1.3)	1 093 234	19 239			1 093 234	20 913		
Activos fixos tangíveis (1.1 = 1.1.1 + 1.1.2 + + 1.1.7)	1 093 234	19 239			1 093 234	20 913		
Outros	1 093 234	19 239			1 093 234	20 913		
Activos intangíveis (1.2 = 1.2.1 + 1.2.2 + + 1.2.4)								
Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração			238 655				123 760	
Valor dos reembolsos no período respeitantes a: (3 = 3.1 + 3.2)								
TOTAL (4 = 1 + 2 - 3)	1 093 234	257 894			1 093 234	144 673		

20. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

EFITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO		EUR	
Descrição	31-12-2018	31-12-2017	
Diferenças de Câmbio			
Reconhecidas em resultados do período:			
Diferenças de câmbio desfavoráveis	14 608	392 431	
Diferenças de câmbio favoráveis	29 195	227 991	

21. Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela administração e autorizadas para emissão em 29 de Março de 2019.

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

22. Impostos sobre o rendimento

QUANTIA ESCRITURADA DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO		EUR	
Descrição	31-12-2018	31-12-2017	
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	4 391 881	4 559 021	
Imposto corrente	-871 137	-975 321	
Imposto diferido	277 807	261 046	
Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)	-593 329	-714 275	
Tributações autónomas	123 858	136 419	

DEDUÇÕES À COLETA REFERENTES A BENEFÍCIOS FISCAIS NA OLI Sistemas Sanitários, SA		EUR	
Descrição	31/12/2018	31/12/2017	
SIFIDE-Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial	500 000	609 633	
RFAI - Regime Fiscal de Apoio ao Investimento	341 108	329 254	
Total	841 108	938 888	

O valor do SIFIDE deduzido à coleta em 2018 refere-se ao valor estimado provisório apurado em 2018.

O valor do RFAI deduzido à coleta em 2018 refere-se ao valor do reporte do ano anterior e ao valor do benefício estimado para 2018.

A empresa regista ativos por impostos diferidos no montante de 210.368 euros relacionados com perdas de imparidade não aceites fiscalmente.

Regista também passivos por impostos diferidos no montante de 5.693 euros relacionados com reavaliações legais e 1.424.737 euros relacionados com reavaliações livres.

23. Matérias ambientais

Em 2013, a empresa mãe OLI - Sistemas Sanitários, SA constitui uma garantia financeira em forma de reserva nos capitais próprios que permite à empresa assumir a responsabilidade ambiental inerente à sua atividade, exigível pelo decreto-lei 147/2008, de 20 de Julho e alterações subsequentes. Esta reserva de responsabilidade ambiental foi constituída no montante de 100.000€ por transferência de outras reservas.

24. Instrumentos Financeiros

24.1. Divulgação de valores de terceiros

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	Total	
	31/12/2018	31/12/2017
Clientes	13 374 136	15 570 656
Conta Corrente	12 703 332	14 351 197
Títulos a Receber	807 423	1 283 426
Cobrança Duvidosa	1 849 507	1 988 818
Perdas de Imparidade	-1 986 126	-2 052 784
Adiantamentos de Clientes	110 531	156 897
Fornecedores	8 896 368	10 030 775
Outras dívidas a pagar	4 746 945	4 857 863
Pessoal	363 770	155 394
Fornecedores Investimentos	835 055	1 494 675
Credores por acréscimos de gastos- juros	24 326	26 513
Credores por acréscimos de gastos- seguros	3 008	27 421
Credores por acréscimos de gastos - fim do mês	4 284	1 669
Credores por acréscimos de gastos - cartões de crédito		5 073
Credores por Acréscimos de Gastos - Férias e Subsídios de Férias	2 525 722	2 412 598
Credores por Acréscimos de Gastos - Comissões	55 334	67 401
Credores por Acréscimos de Gastos - Rappel	315 748	291 449
Credores por Acréscimos de Gastos - Pontos	150 021	120 340
Credores por Acréscimos de Gastos - Outros	215 452	221 717.14
Outros Credores	254 226	349 088.33
Outros créditos a receber	1 070 309	801 759
Adiantamentos a fornecedores	50 507	78 763
Pessoal	24 797	15 098
Devedores por acréscimos de rendimentos - juros	198	
Devedores por acréscimos de rendimentos - subsídios	130 186	943
Devedores por acréscimos de rendimentos - outros	593 449	233 439
Outros devedores	271 172	473 516
Total	28 198 288	31 417 951

24.2. Divulgação de informação sobre o capital

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO		EUR	
Descrição	31/12/2018	31/12/2017	
Capital próprio			
Capital Subscrito	10 000 000	10 000 000	
Outros instrumentos de capital próprio	4 653	4 653	
Reservas legais	2 000 000	2 000 000	
Outras reservas	6 351 379	5 132 649	
Reserva responsabilidade ambiental	100 000	100 000	
Outras reservas	6 251 379	5 032 649	
Resultados transitados	6 834 818	5 437 370	
Excedentes de revalorização	7 618 370	7 614 657	
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	125 707	143 210	
Resultado líquido consolidado do exercício	3 782 269	3 769 184	
Interesses que não controlam	523 160	521 083	
Total	37 240 356	34 622 806	

24.3. Divulgação de informação sobre os diferimentos

QUANTIA ESCRITURADA		EUR	
Descrição	Total		
	2018	2017	
Diferimentos			
Ativos			
Gastos a reconhecer - juros	5 285	4 954	
Gastos a reconhecer - seguros	7 926	12 044	
Gastos a reconhecer - moldes propriedade cliente	75 590	1 750	
Gastos a reconhecer - artigos proteção	5 040	5 086	
Gastos a reconhecer - artigos marketing	28 289	69 358	
Gastos a reconhecer - artigos oferta	700	1 400	
Gastos a reconhecer - serviços em transito	34 882	18 857	
Gastos a reconhecer - investimento em transito	96	7 490	
Gastos a reconhecer - outros	184 676	81 267	
Total	342 483	202 208	
Passivos			
Rendimentos a reconhecer - moldes	102 939	165 151	
Rendimentos a reconhecer - outros	48 745	12 111	
Total	151 684	177 263	

24.4. Divulgação de informação sobre Estado e Outros Entes Públicos

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS EUR

Descrição	Total	
	2018	2017
Estado e outros entes públicos		
Ativos		
Imposto sobre o rendimento	541 456	567 756
Retenção de impostos sobre rendimentos	252 207	13 083
Imposto sobre o valor acrescentado	382 007	461 890
Contribuições para a segurança social	4 122	
Total	1 081 243	1 047 978
Passivos		
Imposto sobre o rendimento	126 387	130 114
Retenção de impostos sobre rendimentos	130 569	135 198
Imposto sobre o valor acrescentado	174 952	154 659
Outros impostos	5 160	4 382
Contribuições para a segurança social	354 149	334 876
Outras tributações	31	5
Total	791 248	759 234

25. Divulgação de informação de Fornecimentos e Serviços Externos:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS EUR

Descrição	Total	
	31-12-2018	31-12-2017
Subcontratos	2 438 874	2 527 065
Trabalhos especializados	1 518 920	1 421 988
Publicidade e propaganda	858 465	1 089 625
Vigilância e segurança	92 153	79 347
Honorários	108 868	92 766
Comissões	679 820	680 797
Conservação e reparação	1 433 913	1 090 746
Outros	26 107	273 397
Total serviços especializados	4 718 245	4 728 667
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	288 347	208 227
Livros e documentação técnica	1 440	1 920
Material de escritório	22 628	22 605
Artigos para oferta	47 420	42 613
Outros	109 471	38 622
Total materiais	469 306	313 987
Electricidade	1 433 539	1 202 995
Combustíveis	127 460	112 481
Água	32 221	38 826
Outros	4 578	9 576
Total energias e fluídos	1 597 798	1 363 878
Deslocações e estadas	698 000	678 528
Transporte de mercadorias	3 441 382	2 985 473
Total deslocações, estadas e transportes	4 139 382	3 664 001
Rendas e alugueres	271 584	277 876
Comunicação	82 323	82 073
Seguros	289 208	301 419
Royalties	1 045	10 411
Contencioso e notariado	17 353	18 953
Despesas de representação	504 763	611 418
Limpeza, higiene e conforto	98 219	86 488
Outros serviços	268 661	42 910
Total serviços diversos	1 533 155	1 431 546
Total fornecimentos e serviços externos	14 896 760	14 029 143

26. Divulgação de informação de Gastos com o Pessoal:

GASTOS COM O PESSOAL

EUR

Descrição	Total	
	31-12-2018	31-12-2017
Gastos com o pessoal	16 109 071	15 610 010
Remunerações dos órgãos sociais	881 344	904 607
Das quais: Participação nos lucros	257 204	264 776
Remunerações do pessoal	10 756 090	10 521 600
Encargos sobre remunerações	2 594 237	2 609 507
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	130 262	132 135
Gastos de acção social	160 765	160 074
Outros gastos com pessoal	1 586 372	1 282 088
Dos quais:		
Trabalho temporário	1 320 016	1 134 976
Gastos com formação	89 832	77 092

27. Divulgação de informação de Outros Rendimentos

OUTROS RENDIMENTOS

EUR

Descrição	Total	
	2018	2017
Rendimentos suplementares	511 961	808 561
Descontos de pronto pagamento obtidos	107 791	100 332
Recuperação dívidas a receber	12 457	7 207
Ganhos em inventários	21 488	27 823
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	29 286	8 196
Rendimentos e ganhos em investimentos não Financeiros	78 715	303 765
Outros	751 028	851 725
Juros obtidos	21 362	11 622
Total	1 560 016	2 119 231

28. Divulgação de informação de Outros Gastos

OUTROS GASTOS		EUR	
Descrição	Total		
	2018	2017	
Impostos	119 192	132 793	
Descontos de pronto pagamento concedidos	482 641	439 139	
Dívidas Incobráveis	26 042	27 216	
Perdas em Inventários	380 268	231 315	
Gastos e Perdas nos restantes Investimentos Financeiros	3		
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	108 543	1 348	
Outros			
Correções relativas a períodos anteriores	11 400	59 525	
Donativos	72 875	24 788	
Quotizações	30 881	13 440	
Ofertas e amostras em Inventários	153 764	186 735	
Insuficiência em estimativa de Impostos	2 931		
Moldes Propriedade e comparticipação clientes		34 622	
Diferenças de câmbio desfavoráveis	14 608	392 399	
Comissões e outros gastos bancários	51 368	63 023	
Outros	58 440.39	77 428	
Total Outros Gastos e Perdas	1 512 957	1 683 769	

29. Divulgação de informação de Juros e gastos similares suportados

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS		EUR	
Rubricas	Total		
	2018	2017	
Juros Suportados	312 064	326 763	
Total Juros e Gastos Similares Suportados	312 064	326 763	

30. Divulgações exigidas por diplomas legais

O código das sociedades comerciais no seu artigo 66º A e 508º F e a portaria 208/2007 de 16 de Fevereiro que cria a IES – informação empresarial simplificada exigem divulgação de informação que passamos a relatar:

30.1. Informação de garantias prestadas

EUR

Garantias Prestadas	Beneficiário	Valor
Garantias Bancárias		
Caixa Geral de Depósitos	A PCMC	16 000
Banco Santander Totta	IAPMEI	317 509

30.2. Informação de vendas por mercados

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

Descrição	2018				2017			
	Imobiliária	Comercial	Industrial	Total	Imobiliária	Comercial	Industrial	Total
Portugal		4 650 478	9 084 494	13 734 971	540 000	3 133 229	9 575 638	13 248 868
Outros		1 789 867	51 656 809	53 446 676		13 064 948	37 542 723	50 607 671
Total		6 440 345	60 741 303	67 181 648	540 000	16 198 178	47 118 361	63 856 539

30.3. Informação relativa a Honorários faturados

O Código das Sociedades Comerciais no seu artigo 508º F do Código das Sociedades Comerciais exige a divulgação dos serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas

HONORÁRIO FACTURADOS PELOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

	Descrição	2018	2017
66.º-A508.º-F	Revisão legal das contas	20 231	22 108
Totais	Totais	20 231	22 108

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

X. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Consolidadas

Senhores Acionistas:

Nos termos da lei, dos estatutos e do mandato que nos conferiram vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório Anual sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da OLI — Sistemas Sanitários, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

Relatório

1. No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, verificámos que, na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram seguidos os princípios contabilísticos e normas de consolidação aplicáveis.
2. No âmbito das nossas funções executámos, nomeadamente, as seguintes verificações:
 - a. que as Demonstrações Financeiras individuais incluídas na consolidação foram devidamente examinadas, tendo sido obtidos os esclarecimentos julgados convenientes;
 - b. que as operações de consolidação foram adequadamente tratadas;
 - c. que as políticas contabilísticas adotadas foram adequadas e devidamente explicitadas nas notas do Anexo e conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados do Grupo;
 - d. que o Relatório de Gestão sobre as contas consolidadas, preparado de acordo com o Código das Sociedades Comerciais e outra legislação aplicável, é suficientemente esclarecedor, evidenciando os aspetos mais significativos.
3. O Conselho Fiscal seguiu de perto os trabalhos da Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda, bem como a Certificação Legal das Contas consolidadas pela mesma produzida, que considera que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo OLI — Sistemas Sanitários, S A. em 31 de Dezembro de 2018, e o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Parecer

4. Face do exposto no Relatório, tendo em atenção que as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do Conselho de Administração, juntamente com a Certificação Legal das Contas consolidadas não modificada satisfazem as disposições legais e estatutárias, traduzindo a posição financeira e os resultados obtidos pelo Grupo no exercício, e não tendo tomado conhecimento de

qualquer violação da lei e dos estatutos somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove o Relatório de Gestão, bem como as Demonstrações Financeiras consolidadas, apresentados pelo Conselho de Administração, respeitantes ao exercício de 2018.

Aveiro, 18 de Maio de 2019

O Conselho Fiscal

João Paulo Araújo Oliveira - Presidente

Carlos Manuel Tavares Breda - Vogal

José António Marques Pereira - Vogal

XI. Certificação Legal de Contas – Contas Consolidadas

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **OLI – SISTEMAS SANITÁRIOS, S.A.** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2018, (que evidencia um total de 73.632.925 euros e um total de capital próprio de 37.240.356 euros, incluindo um resultado líquido de 3.782.269 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **OLI – SISTEMAS SANITÁRIOS, S.A.** em 31 Dezembro 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das Entidades que constituem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

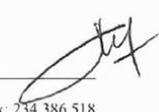
Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

Inscrição na C. R. C. e NIPC 510413940 - Capital Social 5.800€ - SROC n.º 277 - OROC

Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1.º andar, sala 15 - 4050-122 Porto
Delegação: Rua Manuel Firmino, Ed. Veneza, 52 - 8.º andar, sala AZ - 3800-213 Aveiro - Tel.: 234 386 517 - Fax: 234 386 518
E.mail: antonio.neto@ua.pt



Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- obtivemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais..

Aveiro, 16 de Maio de 2019



Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda., representada por
António Rodrigues Neto (ROC inscrito na OROC sob o n.º 857 e na CMVM sob o n.º 20160480)

Inspired by water...



OLI-Sistemas Sanitários, S.A.
Travessa do Milão, Esgueira
3800-314 Aveiro, Portugal

T (+351) 234 300 200
F (+351) 234 300 210
www.oli-world.com
geral@oli-world.com

